

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 011/2024
Data: 19/01/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
MARÉ ALTA PARA A TECNOLOGIA	3
AUTORIDADE PORTUÁRIA E AG-FIPS DISCUTEM PLANEJAMENTO DE OBRAS RODOFERROVIÁRIAS	4
TERMINAL DO PORTO DE SANTOS RECEBE INSCRIÇÕES PARA 112 VAGAS DE EMPREGO	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
EMPRESÁRIOS E DEPUTADO PEDEM RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS À RAQUEL LYRA.....	5
TCU ESCLARECE QUE NÃO DECIDIU SOBRE ISENÇÃO A LÍDERES RELIGIOSOS	6
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	7
ATRACAÇÃO - PORTO DO RIO DE JANEIRO RECEBE O MAIOR NAVIO PORTA-CONTÊINERES BICOMBUSTÍVEL.....	7
GOVERNO FEDERAL RETOMA INVESTIMENTOS NA REFINARIA ABREU E LIMA, EM PERNAMBUCO	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	9
PROJETOS DE CONCESSÃO DOS LOTES 3 E 6 DAS RODOVIAS DO PARANÁ ESTÃO EM ANÁLISE NO TCU	9
BE NEWS – BRASIL EXPORT	9
EDITORIAL – UMA POLÍTICA GLOBAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS	9
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	10
<i>Transnordestina 1</i>	10
<i>Transnordestina 2</i>	10
<i>Nova presidente 1</i>	10
<i>Nova presidente 2</i>	11
<i>Nova presidente 3</i>	11
NACIONAL - LULA ASSINA ACORDO PARA CRIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO AEROSPAIAL	11
REGIÃO NORDESTE - EMPRESA ASSUME DOIS TRECHOS DAS OBRAS DA TRANSNORDESTINA NO CEARÁ.....	12
NACIONAL - BRASIL PROPÕE AGÊNCIA GLOBAL PARA IMPULSIONAR BIOCOMBUSTÍVEIS	13
REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ DESENVOLVE SUA PRÓPRIA GAIOLA DE EMERGÊNCIA	13
REGIÃO SUDESTE - PF DESARTICULA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA TURCA QUE EXPORTAVA COCAÍNA PELO PORTO DE SANTOS	14
REGIÃO SUDESTE - VLI ABRE VAGAS PARA ATUAÇÃO EM TERMINAL NO PORTO DE SANTOS	15
NACIONAL - BNDES BATE RECORDE DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E ENERGIA LIMPA EM 2023	16
INTERNACIONAL - MAERSK E HAPAG-LLOYD ANUNCIAM PARCERIA OPERACIONAL PARA 2025	16
PORTO DO RIO DE JANEIRO - PORTO DO RIO DE JANEIRO RECEBE MAIOR NAVIO PORTA-CONTÊINERES BICOMBUSTÍVEL	18
OPINIÃO – ARTIGOS - MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO	18
OPINIÃO – ARTIGOS - DESCARBONIZAÇÃO NO APOIO PORTUÁRIO – O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DE TERRA PARA OS REBOCADORES É GRANDE ALIADO.....	20
JORNAL O GLOBO – RJ	21
OBRA DA REFINARIA ABREU E LIMA, ENVOLVIDA NA LAVA-JATO, VAI CUSTAR ATÉ R\$ 8 BI, DIZ PRESIDENTE DA PETROBRAS.....	21
PACHECO AFIRMA QUE GOVERNO SE COMPROMETEU A REEDITAR MP DA REONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	23
CONGONHAS RECUPERA MOVIMENTO PRE-PANDEMIA, ENQUANTO OFERTA NA PONTE AÉREA ENCOLHE.....	25
SAM ÁLTMAN BUSCA LEVANTAR BILHÕES PARA CRIAR UMA REDE DE FÁBRICAS DE CHIPS DE IA	26
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	27
HADDAD DIZ QUE NEGOCIAÇÃO SOBRE REONERAÇÃO DA FOLHA NÃO COMEÇOU, APÓS PACHECO FALAR EM MP REVOGADA	27
REFORMA CRIA ‘PENEIRA’ PARA COMPENSAÇÃO DE EMPRESAS, DIZ APPY; OBJETIVO É EVITAR JUDICIALIZAÇÃO.....	28
DESONERAÇÃO: GOVERNO QUER VOTAR TEXTO ALTERNATIVO DURANTE VIGÊNCIA DE MP CONDENADA NO CONGRESSO.....	29
VALOR ECONÔMICO (SP)	32
GOVERNO FEDERAL DISPENSA VERBA ESTADUAL E DEFINE CRONOGRAMA DA OBRA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	32
LULA ENCERRA VIAGEM AO NORDESTE COM FOCO NA EDUCAÇÃO E CRÍTICAS À ELITE DE ‘CABEÇA PEQUENA’	34
PORTAL PORTOS E NAVIOS	35
LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS CAIU 20% EM 2023	35
CONSELHO DO FMM APROVA MUDANÇA DE ESTALEIROS PARA MODERNIZAÇÃO DE SUPPLIES	36
ARTIGO - NOVAS DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA: É NECESSÁRIA MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA PARA O ARCO NORTE....	37
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	39
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	39



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MARÉ ALTA PARA A TECNOLOGIA

Necessidade de modernização e expansão da infraestrutura cria oportunidades

Por: Ricardo Pupo Larguesa



No Brasil, os portos enfrentam um desafio significativo: a necessidade de modernização e expansão da infraestrutura Foto: Sílvio Luiz/AT

À medida que adentramos 2024, observo uma maré crescente de tecnologia e inovação no setor portuário. Graças às tendências tecnológicas disruptivas recentes, vejo esse movimento não apenas como uma onda passageira, mas como uma transformação que pode redefinir o horizonte logístico.

No Brasil, os portos enfrentam um desafio significativo: a necessidade de modernização e expansão da infraestrutura. Esta necessidade cria oportunidades para investimentos que podem aumentar a eficiência e a capacidade dos nossos portos. No entanto, as incertezas sobre as taxas de frete, influenciadas por fatores econômicos e geopolíticos, surgem como um aspecto crítico que pode afetar os investimentos no setor.

Olhando para além das fronteiras do Brasil, percebo uma tendência crescente em práticas sustentáveis, especialmente em mercados mais maduros. A ênfase em reduzir a pegada de carbono e melhorar a sustentabilidade geral das operações portuárias reflete um compromisso global com o meio ambiente. E isso reflete aqui, gerando mais oportunidades também.

A adoção de tecnologias como inteligência artificial (IA) e automação é palpável. O investimento do Porto de Itapoá (SC) em guindastes semiautomatizados, por exemplo, ilustra como a automação pode trazer eficiência e reduzir custos operacionais. No cenário global, os desafios climáticos e as tensões geopolíticas impõem mudanças significativas nas rotas comerciais e na segurança dos transportes marítimos.

Neste contexto, a sustentabilidade e a resiliência da cadeia de suprimentos se tornam focos centrais. Com a adoção de tecnologias mais limpas e a criação de cadeias de suprimentos mais adaptáveis, o setor se prepara para um futuro mais sustentável e resistente.

O mercado global de infraestrutura portuária, previsto para crescer significativamente até 2032, evidencia um avanço em diversas regiões, incluindo a América Latina. Este crescimento é um testemunho do potencial latente que está sendo despertado.

Contemplando essa maré tecnológica que se avoluma, ficamos otimistas. O setor portuário está em um ponto de inflexão, pronto para abraçar as ondas de mudança que trazem consigo inovações transformadoras e oportunidades sem precedentes. Estamos à beira de uma nova era para os portos, especialmente no Brasil. Uma era que será marcada por avanços tecnológicos e compromissos sustentáveis que moldarão não apenas o futuro do comércio, mas também o futuro do nosso planeta.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/01/2024

AUTORIDADE PORTUÁRIA E AG-FIPS DISCUTEM PLANEJAMENTO DE OBRAS RODOFERROVIÁRIAS

Em reunião, o presidente da APS, Anderson Pomini, e o presidente da Fips, João Almeida, debateram sobre o cronograma

Por: Bárbara Farias



Malha ferroviária do Porto de Santos vai passar por modificações
Foto: Matheus Tagé/Arquivo AT

Diretores da Autoridade Portuária de Santos (APS) e da Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-Fips) se reuniram ontem para discutir o cronograma de obras previstas no contrato de cessão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips). Entre elas está a pera ferroviária, com início previsto para o final deste mês e conclusão em 2026.

O presidente da APS, Anderson Pomini, recebeu ontem à tarde o presidente da AG-Fips, João Almeida, na sede administrativa da estatal responsável pela gestão do Porto de Santos. Almeida apresentou “o status do planejamento das obras”, de acordo com a Autoridade Portuária, mas o “cronograma segue em estudo”.

Segundo a APS, as obras da pera ferroviária contemplam duas etapas. A primeira começou em 20 de dezembro, com o reforço do terceiro pontilhão do Rio dos Soldados, o Canal do Mercado. Para a intervenção, foi necessário interditar a travessia das catraias Santos-Vicente de Carvalho, entre a Bacia do Mercado e o estuário de Santos, de 20 a 26 de dezembro e de 9 a 15 de janeiro. Com isso, o local de embarque e desembarque de passageiros foi transferido para o cais do Armazém 15, na Margem Direita do Porto de Santos.

A pera ferroviária consiste em um pátio circular que possibilitará o transbordo da carga sem a necessidade de desmembramento do trem, que será construído a partir do final do mês. De acordo com Pomini, a estrutura ampliará a capacidade de movimentação de grãos na Margem Direita em 20 milhões de toneladas ao ano. A pera será construída em uma área de 102 mil metros quadrados, atualmente ocupada pela Marimex, que será transferida para o Teval.

Em dezembro, a Ag-Fips deu início às primeiras obras estruturantes previstas no contrato firmado com o Governo Federal para operação ferroviária, segundo adiantou A Tribuna, que são as três linhas férreas do Pátio do Macuco.

Na época, o presidente da Ag-Fips explicou que “as linhas do Pátio do Macuco atenderão o cluster de celulose, na Margem Direita, e o Pátio de Conceiçãozinha, que atenderá terminais da Margem Esquerda do Porto”.

Conforme o contrato, a empresa deverá investir em torno de R\$ 1 bilhão em cinco anos em obras estruturantes a fim de ampliar a capacidade de movimentação de carga das atuais 51 milhões de toneladas para 115 milhões.

O projeto engloba 13 obras, entre as intervenções previstas estão o pátio ferroviário entre Canal 4 e Ponta da Praia com três vias férreas para atendimento aos terminais de celulose, viadutos para eliminação de passagens em nível, passarelas de pedestres e a pera ferroviária.

Cessão

A AG-Fips é uma sociedade de propósito específico formada pelas empresas Rumo, MRS e VLI. O contrato de cessão foi firmado em 16 de dezembro de 2022 com o então Ministério da Infraestrutura pelo prazo de 35 anos, prorrogáveis por igual período, para gestão, operação, manutenção e expansão da ferrovia interna do Porto santista.



As operações iniciaram em 1º de outubro de 2023, quando a primeira locomotiva da Fips entrou em operação, um dia após a assinatura do distrato entre a Portofer e a APS.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 19/01/2024

TERMINAL DO PORTO DE SANTOS RECEBE INSCRIÇÕES PARA 112 VAGAS DE EMPREGO

Parte das oportunidades é destinada a mulheres e PCDs; inscrições acabam domingo (21)
Por: Redação



Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), no Porto de Santos Foto: Divulgação/VLI

A VLI abriu 112 vagas de trabalho no Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), no Porto de Santos. As oportunidades são para operador multimodal I. Parte das vagas é destinada a mulheres e pessoas com deficiência (PCDs). O prazo de inscrições chegará ao fim no domingo. As admissões deverão ocorrer nos próximos dois meses.

O Tiplam é um terminal de uso privado (TUP) especializado no escoamento de açúcar e fertilizantes. Os interessados devem se inscrever exclusivamente no site da companhia. Para disputar as vagas, é preciso ter Ensino Médio completo, morar na Baixada Santista e ter flexibilidade para trabalhar em regime de escala e turno. Além disso, é um diferencial possuir experiência com carregamento, descarregamento e limpeza industrial.

Em nota, a VLI informou que as vagas são para contratos efetivos. “Os contratados terão plano de carreira com possibilidades de movimento e crescimento, à medida que o profissional tenha aderência aos próximos passos desenhados e posição existente”. Quanto ao número de vagas destinadas a mulheres e PCDs, a companhia não informa, mas diz ter como meta o aumento deles “em seus quadros, numa busca constante por diversidade em todas as funções e níveis hierárquicos”.

Segundo a supervisora de Atração e Seleção da VLI, Tatiana Crepalde, espera-se que os aprovados no processo seletivo comecem a trabalhar em fevereiro e março. A remuneração oferecida não foi divulgada, mas a empresa diz ser um salário compatível com o mercado, com valor “informado aos candidatos ao longo do processo seletivo”.

Os novos contratados terão como benefícios vales refeição ou alimentação, vale-transporte ou ônibus fretado, assistências médica e odontológica, previdência, PLR, Gympass, cesta de Natal, auxílio-creche ou auxílio-babá, entre outros.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 19/01/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

EMPRESÁRIOS E DEPUTADO PEDEM RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS À RAQUEL LYRA

Deputado também tratou de questões referentes ao Carnaval nos municípios de Itamaracá, Moreno e Macaparana.

Por Jairo Lima



Governadora Raquel Lyra recebeu o deputado Antônio Moraes e os empresários Gilberto Tavares de Melo e Bruno Tavares/Foto divulgação

Ferreiros e Timbaúba.

A necessidade de recuperação de estradas na Mata Norte levou o deputado Antônio Moraes e os empresários Gilberto Tavares de Melo e Bruno Tavares, diretores da Usina Olho D'Água, situada naquela região, a uma audiência com a governadora Raquel Lyra, nesta quarta-feira (18). Na pauta, as obras de recuperação das rodovias que ligam o distrito de Ibiranga, no município de Itambé, às cidades de Camutanga,

“Precisamos promover melhorias urgentes nessas rodovias, para garantir o escoamento da produção de cana de açúcar e outros insumos. A governadora se mostrou bastante sensível ao nosso pedido e se dispôs a analisar a questão com prioridade”, afirmou Antônio Moraes, que tem atuado como um dos principais interlocutores do governo Raquel Lyra na Assembleia Legislativa.

Ainda no Palácio, o deputado aproveitou para uma audiência com o secretário da Casa Civil, Túlio Vilaça, acompanhado dos prefeitos Paulo Batista (Itamaracá), Edmilson Cupertino (Moreno) e Paulo Barbosa (Macaparana). Na pauta, solicitações de apoio do governo para os festejos de Carnaval nos três municípios, além de questões de infraestrutura e outros pleitos levados ao secretário pelos três prefeitos, todos ligados politicamente a Antônio Moraes.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 19/01/2024

TCU ESCLARECE QUE NÃO DECIDIU SOBRE ISENÇÃO A LÍDERES RELIGIOSOS

Segundo o TCU, a isenção é considerada atípica porque não foi analisada pela Subsecretaria de Tributação da Receita.

Por Agência Brasil

O Tribunal de Contas da União (TCU) esclareceu que não determinou a suspensão da isenção tributária a líderes religiosos. Em nota, o órgão informou que o processo está sob análise do ministro Aroldo Cedraz, ainda sem decisão final.

O comunicado informou que o Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) fez representação aos ministros do órgão para avaliar se o ato declaratório de 29 de julho de 2022 era legal e legítimo. Na ocasião, o então secretário especial da Receita Federal, Julio Cesar Vieira, ampliou a isenção tributária a templos religiosos ao salário de pastores e ministros religiosos.

Entenda o caso

A Receita Federal editou ato declaratório que reverteu decisão do governo anterior, que permitia a líderes religiosos, como pastores e ministros ter isenção tributária sobre os salários. A medida foi publicada nesta quarta-feira (17) no Diário Oficial da União.

Assinado pelo secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, o ato declaratório suspende o benefício concedido pelo ex-secretário especial do órgão Julio Cesar Vieira Gomes, pouco antes do início da campanha eleitoral de 2022. Segundo o Fisco, a reversão da isenção tributária seguiu determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

O ato declaratório representa uma interpretação da Receita Federal sobre a aplicação de normas fiscais. Segundo o TCU, a isenção é considerada atípica porque não foi analisada pela Subsecretaria de Tributação da Receita.

Esclarecimento do TCU

“O processo trata de representação do MPTCU para avaliar a legalidade e legitimidade da ampliação de isenção de impostos para remuneração recebida por pastores conferida pela referida norma, diante de possível desvio de finalidade e ausência de motivação”, esclareceu o TCU.

O comunicado reiterou que qualquer manifestação formal do órgão sai apenas quando ministros tomam decisões solitariamente ou em plenário. “O TCU se manifesta apenas por meio de seus acórdãos ou por decisões monocráticas dos seus ministros”, destacou.

Joias

O ex-secretário especial Julio Cesar foi exonerado da Receita Federal em junho do ano passado, após vir à tona o envolvimento dele no caso da liberação de joias dadas de presente por governos estrangeiros ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Quando comandava o órgão, Julio Cesar assinou o despacho que pedia aos auditores da Receita, no Aeroporto de Guarulhos, que entregassem um conjunto de joias presenteadas pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente em 2022. A defesa de Bolsonaro nega qualquer irregularidade.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 19/01/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

ATRAÇÃO - PORTO DO RIO DE JANEIRO RECEBE O MAIOR NAVIO PORTA-CONTÊNERES BICOMBUSTÍVEL

Construído em 2023, o navio CMA CGM Bahia é considerado um avanço na indústria naval.



Navio CMA CGM Bahia no Porto do Rio de Janeiro - Foto: PortosRio

O Porto do Rio de Janeiro recebeu nesta semana o maior navio porta-contêineres bicombustível em operação na rota sul-americana, o CMA CGM Bahia. Este navio, representante a mais recente geração de embarcações sustentáveis, possui um contêiner colossal de 336 metros de comprimento, capacidade máxima para 13.200 TEUs e é movido a Gás Natural Liquefeito (GNL). Construído em 2023,

é considerado um avanço na indústria naval.

Ancorado no Rio Brasil Terminal, o CMA CGM Bahia está programado para zarpar nesta sexta-feira, (19), às 16h30. Este moderno navio da armadora francesa CMA CGM adota um sistema de energia de duplo combustível, utilizando GNL, e possui um tanque de carga de GNL com sistema de contenção de carga Mark III de 14.000 metros cúbicos. Conforme o construtor naval Hudong-Zhonghua, o sistema de recirculação de gases de escape (ICER) pode reduzir significativamente as emissões de metano em modo gás, contribuindo para uma redução de mais de 50% e diminuindo as emissões totais de gases de efeito estufa em mais de 28%.

Além de focar na eficiência energética, o CMA CGM Bahia incorpora tecnologias avançadas para diminuir as emissões de dióxido de carbono. Segundo a Autoridade Portuária, PortosRio, a chegada deste navio a representa um passo crucial na transição para combustíveis verdes e na promoção de práticas de navegação mais ecológicas, destacando o compromisso do setor marítimo com um futuro mais limpo e eficiente.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 19/01/2024

GOVERNO FEDERAL RETOMA INVESTIMENTOS NA REFINARIA ABREU E LIMA, EM PERNAMBUCO

Para ministro Silvio Costa Filho, “investimentos do Governo Federal vão fazer com que os sonhos dos pernambucanos voltem a estar na ordem do dia”

Investimentos de quase R\$ 8 bilhões, geração de mais de 30 mil empregos diretos e indiretos, escoamento da produção de granel líquido, ampliação do comércio pernambucano e aumento da conectividade com outros mercados internacionais são alguns ganhos que o estado passa a contar com a ampliação da refinaria Abreu e Lima anunciado, nesta quinta-feira, pelo Governo Federal.



Expansão da refinaria impulsionará o escoamento da produção de granel líquido no Porto de Suape - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Diferentemente de outras refinarias, o Trem 2 da Abreu Lima, também conhecida como Rnest, foi pensada e desenvolvida desde o seu início com o principal objetivo de ajudar o Brasil a reduzir a importação de diesel. Essencial para circulação de bens e serviços, a refinaria está localizada no Complexo Industrial Portuário de Suape, com grande relevância estratégica para a região e demais cidades brasileiras.

Graças a parceria da refinaria com Suape, o porto se tornou o maior complexo de movimentação de granel líquido do país. Em 2022, o complexo movimentou seis milhões de toneladas de granéis líquidos, sendo os principais produtos: petróleo cru, diesel, óleo combustível, nafta e gasolina.

Presente no evento, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, lembrou que o Porto de Suape tem uma ligação direta e permanente com a refinaria, seja pelo escoamento do que é produzido no complexo ou pela ligação do povo pernambucano com a geração de emprego e renda. “Temos um trabalho onde o diálogo é permanente, e tem gerado impactos positivos na cadeia produtiva da região e com o desenvolvimento econômico do estado”, definiu o ministro.

Expansão das atividades

Em 2024, a Rnest completa uma década de produção e para comemorar esse feito, o Governo Federal está retomando os investimentos na unidade com projetos inseridos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nos próximos anos, serão finalizada uma unidade de recuperação de enxofre e serão concluídas as obras do Trem 2 da refinaria, dobrando sua capacidade de processamento.

Já em fase de contratação, a construção do Trem 2 da refinaria tem data para finalização em 2028, quando passará a ter capacidade para processar 260 mil barris de petróleo por dia. As obras estão previstas para o segundo semestre deste ano.

Investimentos previstos

Em breve, serão lançados dois grandes investimentos para ampliação de conectividade e do que é produzido em Pernambuco. O primeiro deles é a dragagem do Porto de Suape, que vai ampliar o calado de 14 para 16 metros, com investimentos previstos da ordem de 200 milhões reais pelo Ministério de Portos e Aeroportos. Essa expansão vai ampliar a competitividade do país frente aos outros mercados internacionais. O porto terá também a requalificação do mole 4, que terá investimento de R\$ 164 milhões.

O trabalho vai beneficiar o novo terminal de contêineres do porto, que vai estimular mais investimentos privados, atingindo a profundidade de até 20 metros nas áreas do terminal de



minérios, que demandam navios maiores. Os projetos previstos para o estado trarão ganho expressivo de infraestrutura portuária.

“Os investimentos do Governo Federal, sob a liderança do presidente Lula, vão fazer com que os sonhos dos pernambucanos voltem a estar na ordem do dia. Os projetos vão resgatar a vida e a esperança do povo nordestino de dias melhores”, lembrou o ministro Costa Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 19/01/2024



Presidência da República

Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

PROJETOS DE CONCESSÃO DOS LOTES 3 E 6 DAS RODOVIAS DO PARANÁ ESTÃO EM ANÁLISE NO TCU

Estudos e documentos envolvem rodovias federais e estaduais e representam R\$ 35 bi em investimentos. Editais serão lançados neste ano

Passo importante para a concessão dos lotes 3 e 6 das rodovias do Paraná, os estudos e documentos referentes aos projetos estão em análise no Tribunal de Contas da União (TCU). As propostas foram enviadas à Corte de Contas na terça-feira (16) e envolvem rodovias estaduais e federais, ligando Curitiba, o Porto de Paranaguá e os Campos Gerais às regiões norte e oeste do estado.

Com as concessões, a expectativa do Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, é de angariar cerca de R\$ 35,1 bilhões em investimentos privados pelos 30 anos de duração dos contratos.

Entre as principais melhorias, estão previstos 600 quilômetros de duplicação e a implantação de contornos nos sistemas rodoviários que, juntos, englobam mais de 1,2 mil quilômetros de rodovias. Com o aval dos ministros do TCU, os projetos terão os editais lançados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e seguem para leilão na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

Intervenções

No Lote 3 (BR-369/PR, BR-373/PR, BR-376/PR, PR-090/PR, PR170/PR, PR-323/PR e PR-445/PR), está prevista a implantação de 71,7 quilômetros de contornos e a duplicação de 116 quilômetros de trechos. Já no Lote 6 (BR-163/PR, BR-277/PR, PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483), são planejados 13,7 quilômetros de contornos e 445,4 quilômetros de duplicação.

Ambos contemplam a criação de ciclovias, passagens de fauna e flora, bem como correções de traçados e instalação de pontos de ônibus. Essas melhorias visam aprimorar tanto a trafegabilidade quanto a segurança, além de contribuir para o compromisso ambiental das iniciativas. Os dois projetos têm o potencial de garantir mais de 240 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda.

Com informações da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 19/01/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UMA POLÍTICA GLOBAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



A proposta do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, de criar uma agência global dedicada à promoção dos biocombustíveis na matriz energética mundial é um passo significativo em direção a uma transição sustentável. Apresentada durante a reunião da Aliança Global dos Biocombustíveis (GBA) em Davos, a sugestão ressalta a necessidade de impulsionar fontes de energia mais limpas e renováveis em escala internacional.

O Brasil, como líder e grande produtor de biocombustíveis, tem desempenhado um papel fundamental nesse cenário. Com iniciativas como os mandatos para diesel verde e combustível sustentável de aviação (SAF), o País busca reduzir a dependência de derivados fósseis e promover práticas sustentáveis no setor de energia. A proposta de aumentar a mistura de etanol e biodiesel demonstra um compromisso claro com a transição para fontes mais limpas e renováveis.

A visão de Silveira não se limita apenas ao âmbito nacional. Ao assumir a presidência do G20, o Brasil tem a oportunidade de consolidar os biocombustíveis como elementos essenciais na transição energética global. A proposta de uma agência global destaca a necessidade de cooperação internacional para enfrentar os desafios energéticos e climáticos que afetam o mundo.

O Projeto de Lei do Combustível do Futuro, com investimentos projetados de R\$ 200 bilhões até 2037, é um exemplo tangível do compromisso brasileiro com os biocombustíveis. À medida que a demanda global por essas fontes de energia aumenta, com previsão de crescimento de 30% até 2028, conforme a Agência Internacional de Energia, a posição do Brasil como líder nesse setor é estratégica.

A iniciativa não apenas impulsiona a economia e a sustentabilidade, mas também posiciona o Brasil como um protagonista na construção de um futuro energético mais verde e equitativo. O engajamento global em torno dos biocombustíveis é fundamental para enfrentar os desafios climáticos e para garantir um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/01/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

TRANSNORDESTINA 1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dará a ordem de serviço para as obras do próximo trecho da Ferrovia Transnordestina, que ligará Salgueiro (PE) a Suape (PE), até o próximo mês de setembro. A afirmação foi feita pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, nessa quinta-feira, dia 18, durante a cerimônia da retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima, no Complexo Industrial Portuário de Suape. "São muitos projetos estruturadores para o estado (de Pernambuco), como a ordem de serviço do trecho Salgueiro-Suape que será assinada até o dia 30 de setembro", declarou.

TRANSNORDESTINA 2

O novo trecho ferroviário, garantindo o escoamento de cargas do Piauí e outros estados até o Porto de Suape, será financiado inicialmente com recursos públicos, segundo informações do Ministério dos Transportes. Depois, o Governo pretende fazer a concessão dessa parte da linha. O edital para a sua construção deve ser lançado até junho, permitindo a assinatura da ordem de serviço até três meses depois, em setembro.

NOVA PRESIDENTE 1

A Aliança Navegação e Logística, empresa do Grupo Maersk de cabotagem e integração logística no Brasil, conta com uma nova presidente, a executiva Luiza Bublitz. Formada em Administração de Empresas, ela iniciou sua carreira no setor em 2001, trabalhando na própria Aliança. Nesses 20 anos, acumulou experiência em cargos de gestão no Brasil e em nações europeias.

NOVA PRESIDENTE 2

Luiza promete impulsionar a Aliança principalmente nos setores de inovação e sustentabilidade, buscando uma maior eficiência nas operações. “É com grande entusiasmo que assumo a presidência da Aliança, empresa na qual iniciei a minha trajetória no mundo da logística, com o desafio de, ao lado dos nossos colaboradores, clientes e parceiros, proporcionar ainda mais inovação, sustentabilidade e eficiência à toda a cadeia logística, incluindo a cabotagem que é tão importante para o Brasil e com muito potencial de desenvolvimento”, afirmou.

NOVA PRESIDENTE 3

No Brasil, a Aliança tem mais de 1.800 clientes, operando uma frota de 200 caminhões e oito navios porta-contêineres e com atuação em 14 portos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/01/2024

NACIONAL - LULA ASSINA ACORDO PARA CRIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO AEROESPACIAL

Com R\$ 650 milhões investidos na construção e em equipamentos, o parque será um hub de ensino e inovação

Por *YOUSEFE SIPP* redacao@portalbenews.com.br



O presidente Lula participou da cerimônia de assinatura do acordo para a criação do Parque Tecnológico Aeroespacial, realizada nas dependências do Senai Cimatec, em Salvador
Crédito: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva formalizou na quinta-feira (18) a criação do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia. O acordo foi assinado durante cerimônia realizada no Senai Cimatec, em Salvador, e tem como objetivo impulsionar a indústria aeroespacial e promover pesquisas avançadas. O parque está programado para iniciar operações em 2025, contando com a colaboração de empresas nacionais e internacionais.

O Parque Tecnológico, que será instalado na Base Aérea de Salvador, ocupando uma área de aproximadamente 800 mil metros quadrados, promete ser um centro de referência em pesquisas avançadas, abrangendo diversos segmentos, como a mobilidade aérea avançada, defesa e espaço. A expectativa é que sejam investidos R\$ 650 milhões na construção do parque e um valor equivalente em equipamentos e laboratórios. Durante a cerimônia, foram mencionados temas como sistemas avançados de voo, engenharia aeroespacial, inteligência artificial e cibersegurança aeroespacial.

No evento, Lula reafirmou o compromisso do Governo com a retomada do desenvolvimento do país e destacou que o Brasil possui grande potencial de colher os frutos dos investimentos realizados. Em seu discurso, o presidente disse que fará uma série de viagens pelo Brasil, com encontros previstos em Pernambuco, para participar da cerimônia de retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima, e no Ceará, onde lançará uma unidade regional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

“Vir aqui anunciar o lançamento desse parque tecnológico não é uma coisa qualquer, [...], vou também para Recife para visitar uma refinaria que ficou paralisada durante 14 anos, e que já poderia estar refinando 260 mil barris de petróleo por dia. Depois eu vou lançar o ITA no Ceará. O ITA que fica na cidade de São José dos Campos, em São Paulo, é um dos mais importantes que temos no Brasil”, disse o presidente.

Investimentos

Paralelamente ao anúncio do Parque Tecnológico Aeroespacial, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, falou sobre o investimento de R\$ 89,5 bilhões destinados à Bahia por meio do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Ele destacou que esses recursos serão direcionados para obras estratégicas, visando impulsionar a economia, gerar empregos e renda, além de promover avanços nos setores industrial, tecnológico e social.

Ainda segundo Rui Costa, o foco do programa está na infraestrutura, com investimentos expressivos previstos para rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, buscando fortalecer a base logística e contribuir para o desenvolvimento regional e nacional.

Além de Rui Costa, estiveram presentes no evento os também ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), José Múcio (Defesa) e Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/01/2024

REGIÃO NORDESTE - EMPRESA ASSUME DOIS TRECHOS DAS OBRAS DA TRANSNORDESTINA NO CEARÁ

Marquise Infraestrutura já atua na ferrovia e está em fase de conclusão dos lotes 1, 2 e 3
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



O projeto da Transnordestina prevê 1.209 km de extensão em linha principal, partindo de Eliseu Martins, no Piauí, até o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará
Crédito: Divulgação

A Marquise Infraestrutura assumiu mais dois trechos da obra da ferrovia Transnordestina no Ceará. A empresa cearense, que já trabalha nos lotes 1, 2 e 3, agora também estará encarregada dos trechos dos municípios de Acopiara a Piquet Carneiro e de Piquet Carneiro a

Quixeramobim, totalizando uma extensão de 102 quilômetros (km). Os três lotes em que a Marquise já era responsável estão em fase de conclusão.

As obras nos novos trechos serão viabilizadas por conta da garantia de recursos para a contratação e a ordem de serviço dos lotes 4 e 5, que serão executados simultaneamente. A previsão para o início dos trabalhos é até março, com conclusão em até dois anos, segundo a Marquise. O valor do contrato não foi revelado.

Nos dois lotes adquiridos, serão executados 5 milhões de metros cúbicos de movimento de terra, 11 viadutos, cinco pontes e todo o sistema de drenagem, além das camadas de sub lastro do corpo da ferrovia.

“É o tipo de obra que nos deixa muito entusiasmados. Estamos escrevendo mais um capítulo importante na história do Ceará, estado onde o Grupo Marquise iniciou suas atividades. Uma obra robusta, que vai dinamizar a economia do Ceará e do Nordeste numa época onde o prenúncio de seca representa risco real de desemprego e falta de oportunidades”, ressalta Renan Carvalho, diretor da Marquise Infraestrutura.

O projeto da Transnordestina prevê 1.209 km de extensão em linha principal, partindo de Eliseu Martins, no Piauí, até o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará, atravessando 53 municípios.

Ainda neste mês, o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), esteve em uma reunião com o Governo Federal, em Brasília, para possibilitar o financiamento e captação de recursos e concluir as obras da Transnordestina. A expectativa de Freitas é que o número de cargas movimentadas no Porto do Pecém seja dobrado.

Em outubro do ano passado, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), autarquia vinculada ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, aprovou a liberação da parcela de R\$ 811 milhões do financiamento da Transnordestina. A ferrovia visa a geração de empregos e renda, com um potencial de crescimento estimado em R\$ 7 bilhões no PIB.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/01/2024

NACIONAL - BRASIL PROPÕE AGÊNCIA GLOBAL PARA IMPULSIONAR BIOCOMBUSTÍVEIS

Sugestão foi dada pelo Ministro de Minas e Energia no Fórum Econômico Mundial.

Por **YOUSEFE SIPP** redacao@portalbenews.com.br

O ministro de Minas e Energia do Brasil, Alexandre Silveira, propôs a criação de uma agência global dedicada a promover a adoção de biocombustíveis na matriz energética mundial. A sugestão foi apresentada durante a reunião da Aliança Global dos Biocombustíveis (GBA) em Davos, no Fórum Econômico Mundial.

A proposta foi discutida com autoridades de 19 países e 12 organizações internacionais que compõem a GBA. Com o país assumindo a presidência do G20, Silveira destacou a oportunidade de consolidar os biocombustíveis como elementos essenciais na transição energética global.

“O Brasil tem cumprido o seu papel como líder e grande produtor de biocombustíveis. Nós criamos mandatos para o diesel verde, para o combustível sustentável de aviação (SAF), vamos aumentar a mistura do etanol e do biodiesel, reduzindo a dependência dos derivados fósseis. Esse mercado vai cumprindo a sua missão, tanto econômica quanto social e da sustentabilidade”, afirmou Silveira.

Além disso, o Ministério de Minas e Energia projeta investimentos de R\$ 200 bilhões até 2037 no setor de biocombustíveis, com destaque para o Projeto de Lei do Combustível do Futuro, em tramitação no Congresso Nacional. A iniciativa busca impulsionar combustíveis sustentáveis, aumentando as misturas de etanol na gasolina e biodiesel no diesel, enquanto globalmente, a demanda por biocombustíveis está prevista para crescer 30% até 2028, segundo a Agência Internacional de Energia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/01/2024

REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ DESENVOLVE SUA PRÓPRIA GAIOLA DE EMERGÊNCIA

Equipamento será utilizado para otimizar as operações de salvamento no terminal catarinense

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



A gaiola se destaca por possuir quatro portas, uma característica planejada para otimizar as operações de salvamento em casos de emergência, garantindo eficiência e rapidez Crédito: Divulgação/Porto Itapoá

Em uma iniciativa considerada pioneira dentro do cenário portuário brasileiro, o Porto Itapoá (SC) apresentou nesta semana uma solução inovadora para situações de emergência no terminal. A Autoridade Portuária e toda equipe técnica desenvolveu a criação de uma gaiola de

resgate, que atenda as necessidades específicas das operações portuárias.

Segundo o Porto Itapoá, a inexistência deste tipo de equipamento no mercado nacional fez com que a equipe se desdobrasse para a criação da gaiola.

Segundo o diretor de Operações, Tecnologia e Meio Ambiente do Porto Itapoá, Sergni Pessoa Rosa Jr, a gaiola será destinada ao resgate em situações críticas.

“A oferta existente deste tipo de equipamento na Europa não atendia aos nossos anseios específicos, o que impulsionou nossa equipe a desenvolver internamente a solução necessária” revelou o executivo.

O equipamento destaca-se por possuir quatro portas, proporcionando uma entrada facilitada para as equipes de resgate. Essa característica em especial foi cuidadosamente planejada para otimizar as operações de salvamento em casos de emergência, garantindo eficiência e rapidez no atendimento.

Além disso, o equipamento terá um sistema de operação e alocação das eventuais vítimas de acidente que facilita a manobra, tornando o resgate ainda mais rápido, inclusive para situações no mar.

“É um importante incremento em nossa operação, mas que esperamos nunca usar”, reforçou Rosa Jr.

Construção

A concepção da gaiola de emergência envolveu uma abordagem colaborativa, com a participação ativa de diversos setores do Porto Itapoá.

“A escuta atenta e a integração de feedbacks foram fundamentais para assegurar que o equipamento atendesse da forma mais precisa possível às demandas reais de resgate no ambiente portuário”, finalizou o diretor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/01/2024

REGIÃO SUDESTE - PF DESARTICULA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA TURCA QUE EXPORTAVA COCAÍNA PELO PORTO DE SANTOS

Como parte da operação TK, agentes cumpriram quatro mandados de busca e apreensão e quatro de prisão preventiva

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Segundo a Polícia Federal, o grupo de traficantes era formado por turcos, que atuavam na exportação de cocaína para a Europa escondidos em cargas de bobinas de papel Crédito: Divulgação/Polícia Federal

A Polícia Federal deflagrou na quinta-feira (18) a Operação TK, que teve como objetivo desarticular uma organização criminosa especializada no tráfico internacional de drogas a partir do Porto de Santos (SP). Segundo a corporação, o grupo de traficantes era formado por turcos, que atuavam na exportação de cocaína para a Europa escondidos em cargas de bobinas de papel.

Ao todo, foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão e quatro de prisão preventiva em São Paulo. Em um dos endereços indicados pela Justiça, policiais federais chegaram a encontrar quantias em dinheiro, junto de computadores, celulares e documentos. Todo o material foi apreendido.

A investigação do caso teve início em junho de 2023, quando a PF descobriu um esquema de tráfico operado por um grupo formado por turcos que realizava o envio de cocaína para a Europa a partir do cais santista.

A apreensão de aproximadamente 561 quilos de cocaína escondidos em bobinas de papel destinadas à Bélgica foi o ponto de partida das investigações. Estas bobinas eram preparadas em um galpão na Grande São Paulo, onde funcionava a empresa de fachada criada pelos criminosos estrangeiros.

O método utilizado pelos traficantes envolvia a manipulação das bobinas de papel, que eram desenroladas e cortadas para a inserção da droga, dando aparência de licitude às operações de exportação.

Segundo investigação da PF, dois suspeitos principais evadiram-se do país dias antes da apreensão da droga, e agora são considerados fugitivos pela Interpol, com mandados de prisão preventiva e ordens de Difusão Vermelha emitidas.

A Polícia Federal informou que foram apreendidos R\$ 91 mil que a empresa teria pagado à fornecedora de papel, como entrada para aquisição de um novo lote de bobinas, as quais seriam utilizadas para uma nova remessa de cocaína a ser exportada para a Europa.

A operação da PF foi denominada de TK, pois essa era a sigla usada como nome fantasia pela organização criminosa na empresa de fachada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/01/2024

REGIÃO SUDESTE - VLI ABRE VAGAS PARA ATUAÇÃO EM TERMINAL NO PORTO DE SANTOS

Inscrições para operador e operadora multimodal I no Tiplam podem ser feitas até este domingo

Por CASSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



O Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita, o Tiplam, é um dos principais terminais privados exportadores de grãos, açúcar e fertilizantes no Porto de Santos Foto: Divulgação

A empresa VLI anunciou que está com 112 vagas abertas no litoral de São Paulo para atuar como operador ou operadora multimodal I no Tiplam (Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita), um dos principais terminais privados exportadores de grãos, açúcar e fertilizantes no Porto de Santos (SP). Algumas dessas oportunidades são exclusivas para mulheres e PCD.

Segundo a VLI, os interessados em participar do processo seletivo têm até este domingo, dia 21 de janeiro, para se inscreverem pela página de carreira da empresa. Para disputar as vagas é preciso ter ensino médio completo, morar na cidade de Santos e região da Baixada Santista, bem como ter flexibilidade para trabalhar em regime de escala e turno.



Além disso, é um diferencial ter experiência com carregamento, descarregamento e limpeza industrial.

Os novos contratados terão como benefícios vale-refeição ou vale-alimentação; vale-transporte ou ônibus fretado (dependendo da localização em que irá trabalhar); assistência médica e odontológica; plano de previdência complementar; participação nos lucros e resultados; Gympass (plataforma de academias, com foco em sua saúde e bem-estar); desenvolvimento profissional (por meio da Universidade Corporativa); cesta de Natal; auxílio-creche ou auxílio-babá; além de uma rede de descontos em várias lojas, restaurantes, salões e outros.

Segundo a supervisora de Atração e Seleção da VLI, Tatiana Crepalde, a previsão é de que os aprovados no processo seletivo comecem os trabalhos já nos meses de fevereiro e março. Ela frisa que a companhia valoriza a diversidade, incentiva e promove diversas capacitações para que seus empregados possam trilhar uma carreira de sucesso.

Link para as vagas: <https://www.vli-logistica.com.br/pessoas/vagas/>

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/01/2024

NACIONAL - BNDES BATE RECORDE DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E ENERGIA LIMPA EM 2023

Entre os 291 empreendimentos que entraram em operação, 51 são direcionados para a transição energética

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um total de R\$37,5 bilhões em projetos de infraestrutura em 2023, destacando-se o aumento de 8,4% em relação a 2022. Esses recursos foram direcionados para setores-chave, como transportes, logística, mobilidade, saneamento e transição energética.

No campo da energia limpa, os investimentos em 2023 atingiram R\$19,6 bilhões, representando um aumento significativo de 62% em comparação com o ano anterior. Ao todo, foram 51 operações aprovadas pelo BNDES visando energia limpa e renovável, entre elas estão empreendimentos de destaque, incluindo o Complexo Eólico Babilônia Centro, na Bahia, com um financiamento recorde de R\$3,16 bilhões.

Segundo dados divulgados pela entidade, em 2023 o Brasil alcançou um recorde anual na expansão da capacidade de geração de energia elétrica, adicionando 10,3 gigawatts, sendo 87% provenientes de fontes fotovoltaicas e solares. A área de transmissão de energia também se destacou, com leilões que contrataram a construção de 10.655 quilômetros de linhas.

A série de investimentos reflete o comprometimento do Brasil com a sustentabilidade, os resultados alcançados em 2023 não apenas fortalecem a matriz energética, mas também contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/01/2024

INTERNACIONAL - MAERSK E HAPAG-LLOYD ANUNCIAM PARCERIA OPERACIONAL PARA 2025

‘Cooperação Gemini’ envolve frota conjunta de navios com capacidade de 3,4 milhões de TEUs

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** redacao@portalbenews.com.br



Foto: Divulgação Maersk

A dinamarquesa A.P. Moeller-Maersk e a alemã Hapag-Lloyd anunciaram a criação da 'Cooperação Gemini', parceira operacional de longo prazo com início previsto para fevereiro de 2025. O acordo envolve o compartilhamento de embarcações. Juntas, as empresas contarão com uma frota de 290 navios, totalizando uma capacidade de 3,4 milhões de TEUs. A maior parte será implantada pela Maersk, com 60%.

Segundo o CEO da Hapag-Lloyd, Rolf Habben Jansen, a aliança visa aumentar a eficiência e acelerar os esforços de descarbonização nas operações de ambas as companhias e de toda a indústria. "A parceria com a Maersk nos ajudará a aumentar ainda mais a qualidade que oferecemos aos nossos clientes", completou.

Vincent Clerc, CEO da Maersk, falou sobre o fortalecimento da oferta de logística integrada que pode ser gerada a partir do acordo. "Temos o prazer de iniciar esta cooperação com a Hapag-Lloyd, que é o parceiro oceânico ideal na nossa jornada estratégica. Ao entrar nesta cooperação, estaremos oferecendo aos nossos clientes uma rede oceânica flexível que elevará o nível de confiabilidade na indústria", afirmou.

Juntas, as duas empresas são responsáveis por mais de 20% da fatia global de mercado no setor de transporte marítimo de cargas. Em suas metas de descarbonização, a Maersk visa zerar suas emissões líquidas até 2040. A Hapag-Lloyd objetiva alcançar a meta em 2045.

As duas companhias firmaram a meta de fornecer confiabilidade de cronograma superior a 90% quando a rede estiver totalmente implementada, com melhores tempos de trânsito em alguns dos principais portos da operação.

A Maersk e a MSC já haviam anunciado, em janeiro de 2023, que a aliança 2M terminaria em janeiro de 2025. Com o acordo, a Hapag-Lloyd também deixará a THE Alliance (THEA) no final de janeiro do ano que vem.



Confira o vídeo do anúncio, no canal da Maersk no Youtube, abaixo:

<https://youtu.be/FoVeseAxEQI>

PORTO DO RIO DE JANEIRO - PORTO DO RIO DE JANEIRO RECEBE MAIOR NAVIO PORTA-CONTÊINERES BICOMBUSTÍVEL

CMA CGM Bahia é a maior embarcação em operação na rota sul-americana movida a GNL
Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Embarcação operou um total de 1033 contêineres; embarcação deixará o porto neste sábado (Foto: Divulgação/PortosRio)

Atracou no Porto do Rio de Janeiro o CMA CGM Bahia, o maior navio porta-contêineres bicombustível em operação na rota sul-americana. De acordo com a PortosRio, a embarcação está atracada no Rio Brasil Terminal, onde vai operar um total de 1033 contêineres, sendo 899 descarregados e 134 embarcados. O navio está programado a desatracar neste sábado (20), às 7h.

O moderno navio, da armadora francesa CMA CGM, utiliza um sistema de energia de duplo combustível de GNL e possui um tanque de carga de GNL com sistema de contenção de carga Mark III de 14.000 metros cúbicos.

Segundo o construtor naval, Hudong-Zhonghua, o sistema de recirculação de gases de escape (ICER) pode reduzir o deslizamento de metano no modo gás em 50% e reduzir as emissões de gases de efeito estufa em mais de 28%.

Representando a mais recente geração de navios sustentáveis, o navio contêiner tem 336 metros de comprimento, com capacidade máxima de 13.200 TEUs e movido a GNL (Gás Natural Liquefeito). Ele foi construído em 2023 e é considerado um marco na indústria naval.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/01/2024

OPINIÃO – ARTIGOS - MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO

JOÃO EDUARDO AMARAL

Presidente do Conselho ESG do Fórum Brasil Export e Fundador do J Amaral Advogados

LUCAS MELO SANTOS

Advogado do J Amaral Advogados

opinio@portalbenews.com.br



O mercado voluntário de carbono trouxe a oportunidade de empresas de todos os portes – pequenas, médias ou grandes – e pessoas físicas exercerem papel fundamental na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, além de trazer um grande apelo financeiro a áreas ambientais antes poucos utilizadas, como florestas, matas fechadas, áreas de preservação permanente e afins.

Pois bem. Como é cediço, o Protocolo de Quito, celebrado em 11 de dezembro de 1997, subscrito por 192 Estados, por meio da sua preocupação ambiental, inaugurou a regulamentação do mercado de carbono. Através dele, países com grande representatividade comprometeram-se em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. Tais obrigações se estenderam às empresas pertencentes aos países que assinaram o protocolo.

Como alternativa para compensar a eventual emissão de gases de efeito estufa em excesso, o Protocolo de Quioto trouxe o mercado de crédito de carbono. Com ele, países que se comprometeram com a meta podem comprar créditos de carbono, desde que tais créditos estejam regulados e registrados pela Organização das Nações Unidas – ONU. Estamos falando do Mercado de Carbono Regulado.

O mercado voluntário de carbono, por outro lado, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, gere ou compre créditos de carbono voluntários. Tal mercado serve como ferramenta para reforçar estratégias de ESG e incentiva ações com impacto positivo no âmbito climático, agregando valor a sua marca, produto ou serviço.

Áreas florestais e vegetais tidas antes como improdutivas – impossibilitadas, por exemplo, de serem utilizadas para agropecuária ou agricultura – hoje podem gerar relevantes quantidades de créditos de carbono e passam a ter um representativo retorno financeiro. Além disso, investir em restauração, recomposição e reflorestamento ambiental de áreas degradadas pode trazer um ótimo retorno. A lógica agora é inversa: quanto mais se preservam essas áreas, mais crédito voluntário de carbono pode ser gerado e, portanto, mais produtiva é a terra.

Acreditamos, com isso, no crescimento dos investimentos na (a) preservação de áreas florestais e vegetais; e (b) regeneração de áreas antes degradadas ambientalmente.

É preciso ponderar, no entanto, que, ainda que os créditos voluntários de carbono não estejam sujeitos à regulamentação da ONU (como ocorre no mercado regulado de carbono), recomendamos que seja contratado um parceiro que ajude a pessoa compradora ou vendedora do crédito voluntário de carbono para o estabelecimento de um sistema que gere credibilidade a iniciativa, isto é, um sistema que transpareça segurança, rastreabilidade, integridade, acreditação e ambientação das compensações pelos participantes da venda e da compra do crédito voluntário. Consideramos, nesse sentido, que o estabelecimento de regras de compliance para a operação são indispensáveis para o bom funcionamento da venda e compra, bem como para agregar valor à pessoa parte da relação.

Qualquer pessoa, portanto, pode contribuir para impactar positivamente os efeitos climáticos e, além disso, ter retorno financeiro e agregar valor à marca da empresa, ao produto ou serviço prestado, seja através da compra de créditos voluntários de carbono, seja através da geração destes créditos

por meio de áreas que antes não tinham ou tinham pouca utilidade financeira. É preciso estar atento, de qualquer modo, aos cuidados elencados acima.

O MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO, POR OUTRO LADO, PERMITE QUE QUALQUER PESSOA, FÍSICA OU JURÍDICA, GERE OU COMPRE CRÉDITOS DE CARBONO VOLUNTÁRIOS. TAL MERCADO SERVE COMO FERRAMENTA PARA REFORÇAR ESTRATÉGIAS DE ESG E INCENTIVAÇÕES COM IMPACTO POSITIVO NO ÂMBITO CLIMÁTICO, AGREGANDO VALOR A SUA MARCA, PRODUTO OU SERVIÇO..

João Eduardo de Villemor Amaral Ayres¹ e Lucas Melo Santos²

¹Presidente do Conselho ESG do Fórum Brasil Export e Fundador do J Amaral Advogados

² Advogado do J Amaral Advogados

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/01/2024

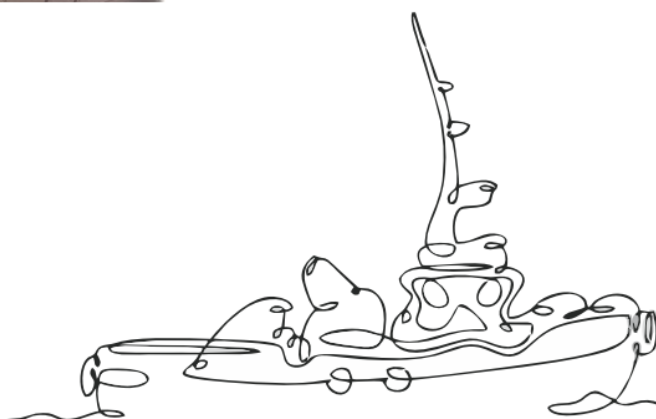
OPINIÃO – ARTIGOS - DESCARBONIZAÇÃO NO APOIO PORTUÁRIO – O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DE TERRA PARA OS REBOCADORES É GRANDE ALIADO



MARCELO KNAAK

Gerente regional da Wilson Sons

opinioao@portalbenews.com.br



A missão de alcançar a emissão líquida zero de carbono (CO₂) está no centro das agendas de ESG (Environmental, Social and Governance) e, por consequência, da Sustentabilidade, marcando-se como uma das prioridades globais. A redução das emissões de gases poluentes, oriundas de máquinas, veículos terrestres, aeronaves e embarcações, é vital para estabelecer um equilíbrio entre os sistemas de produção, a matriz energética e a preservação ambiental. Esse equilíbrio, alinhado ao desenvolvimento sustentável e bem-estar das comunidades, é o objetivo das iniciativas conjuntas de indústrias, governos e sociedades.

Neste cenário, os portos e embarcações assumem um papel fundamental no comércio internacional e na cabotagem, especialmente em um país continental como o Brasil. Os portos são cruciais para a maior parte das importações e exportações, além de serem chave na redistribuição de produtos acabados e commodities.

A indústria de navegação enfrenta desafios contínuos e está em constante evolução. Há esforços coletivos e individuais em curso para a descarbonização, desde mudanças regulatórias, como a Resolução IMO 2020, que impactou projetos de construção naval e a instalação de depuradores de gases em navios existentes, até o desenvolvimento de embarcações dual fuel e navios com velas (wind wings). A busca por certificação de energia renovável em terminais portuários e parques industriais também é um aspecto crucial.

Os rebocadores portuários, essenciais para a segurança e eficiência dos portos, representam um desafio único. Apesar das inovações em novas construções, como rebocadores IMO TIER III e tecnologia hidrodinâmica de dupla quilha, a aplicação de tecnologias em frotas já existentes é complexa, envolvendo considerações econômicas e características específicas de cada projeto.

Um desafio significativo é o período em que os rebocadores permanecem atracados, aguardando o próximo navio a ser assistido. Durante esse intervalo, eles energizam seus sistemas, geralmente através de geradores à base de óleo diesel. Alternativamente, podem utilizar energia elétrica de terra, uma solução mais limpa, especialmente em portos movimentados, podendo reduzir as emissões em até 60% em portos com baixo movimento. Apesar de viável em alguns locais, essa solução ainda não está amplamente disponível em importantes complexos portuários brasileiros, requerendo uma intervenção técnica simples por parte das autoridades portuárias e terminais.

A Comunidade Europeia já discute a obrigatoriedade de fornecimento de energia elétrica de terra pelos portos e terminais, uma prática que promoveria energia mais limpa e eficiente, reduzindo emissões de CO2 e outros gases, além de proporcionar outros benefícios, como a redução de ruídos e desgaste de equipamentos.

Enquanto aguardamos novos tipos de combustíveis, temos a oportunidade de adotar essa solução simples e eficaz, reduzindo a pegada de carbono do setor e contribuindo para um desenvolvimento sustentável dos portos

NESTE CENÁRIO, OS PORTOS E EMBARCAÇÕES ASSUMEM UM PAPEL FUNDAMENTAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NA CABOTAGEM, ESPECIALMENTE EM UM PAÍS CONTINENTAL COMO O BRASIL. OS PORTOS SÃO CRUCIAIS PARA A MAIOR PARTE DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, ALÉM DE SEREM CHAVE NA REDISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ACABADOS E COMMODITIES

Autor: Marcelo Knaak. Gerente regional da Wilson Sons

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/01/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

OBRA DA REFINARIA ABREU E LIMA, ENVOLVIDA NA LAVA-JATO, VAI CUSTAR ATÉ R\$ 8 BI, DIZ PRESIDENTE DA PETROBRAS

Já apontada como a “mais cara do mundo”, polêmica refinaria demandou até agora mais de US\$ 20 bilhões em investimentos, mas ficou pronta apenas parcialmente

Por Gabriel Sabóia, Bruno Góes e Bruno Rosa Com informações do Valor Econômico — Brasília e Rio



Petrobras vai gerar 30 mil empregos na ampliação da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco — Foto: Divulgação

A retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, uma das obras envolvidas na Operação Lava Jato, vai custar de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões, afirmou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. Ele disse que Abreu e Lima é exemplo de “superação” e “volta por cima”. Já apontada como a “mais cara do mundo”, a polêmica refinaria — que

originalmente seria construída em parceria com a estatal venezuelana PDVSA com orçamento de US\$ 2 bilhões — demandou até agora mais de US\$ 20 bilhões em investimentos, mas ficou pronta apenas parcialmente.

Segundo Prates, mesmo considerando as piores estimativas, o custo de R\$ 100 bilhões para construção de Abreu e Lima é coberto no primeiro ano de faturamento do empreendimento.

Em discurso ontem na refinaria, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou para fazer um longo desabafo sobre a Lava Jato. Suspeitas de corrupção durante a construção da refinaria geraram um dos maiores desgastes para o PT enquanto a Lava-Jato estava no auge. O Tribunal de Contas da União (TCU) chegou a apontar superfaturamento de pelo menos R\$ 2,1 bilhões nas obras.

— A História ainda vai ser contada, porque você sabe que, muitas vezes, a História ainda leva anos, décadas e até séculos para a gente saber da verdade. Mas eu vou dizer uma coisa como presidente da República deste país: tudo que aconteceu neste país foi uma mancomunação entre alguns juízes deste país, alguns procuradores deste país, subordinados ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que nunca aceitaram o Brasil ter uma empresa como a Petrobras — afirmou o presidente.

Lula também disse que houve “erros e acertos” na construção da refinaria e deu “graças a Deus pelo fato de o Brasil ter tocado a obra sozinho”. Inicialmente, o empreendimento seria construído em parceria com a Venezuela.

— Há anos atrás, perguntei ao Hugo Chávez (então presidente da Venezuela) se ele tinha interesse em uma refinaria. O Chávez era um grande entusiasta e sempre respondia “sim” — contou Lula, acrescentando: — Quando o Chávez concordou, resolvemos começar esta refinaria, mas ele nunca colocou um centavo aqui. Cansamos de esperar e resolvemos tocar a refinaria. Hoje, digo que graças a Deus fizemos ela sozinha. E seguiremos tocando as obras com nossos erros e acertos.

Comperj nos planos

A visita do presidente à refinaria marcou de forma simbólica a volta dos investimentos bilionários da Petrobras em projetos polêmicos. As obras em Abreu e Lima — que prometem gerar 30 mil empregos, segundo a estatal — vêm acompanhadas de outras iniciativas que retomam projetos envolvidos na Lava-Jato, como a retomada e ampliação do polêmico Comperj, na Região Metropolitana do Rio.

Até 2028, a estatal pretende investir US\$ 17 bilhões na ampliação da capacidade de produção de combustíveis. Atualmente, o Brasil não produz toda gasolina e diesel que consome, o que deixa os preços dos combustíveis vulneráveis às variações internacionais.

A Rnest nunca foi concluída. Foi concebida ainda na primeira gestão do presidente Lula e contava originalmente com a participação da venezuelana PDVSA, que anos mais tarde desistiu do projeto.

Em 2005, o orçamento inicial previsto era de US\$ 2,3 bilhões. Nove anos depois, a Rnest já havia consumido quase US\$ 20 bilhões.



A primeira unidade de refino de Abreu e Lima entrou em operação no fim de 2014. O projeto original previa uma segunda unidade, mas esta foi descartada em 2015. Na gestão de Jair Bolsonaro a estatal colocou a Rnest à venda junto com outras sete refinarias. Mas não houve interessados.

A Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco — Foto: Wilton Junior/Agência Estado



A antiga gestão da Petrobras, então, já havia começado a estudar a ampliação da Rnest a fim de torná-la mais “vendável”. A construção de uma segunda unidade de refino tem investimento estimado de US\$ 1 bilhão, com capacidade de produzir 145 mil barris de diesel por dia.

Com a volta do PT ao poder, a direção da companhia decidiu acelerar o projeto de ampliação da refinaria e ampliar a primeira unidade, cuja capacidade passar de 115 mil barris de petróleo por dia (bpd) para 130 mil bpd.

Na Rnest, a ideia da Petrobras é ampliar a produção de diesel, com foco em uma versão mais limpa, o S10, com baixo teor de enxofre. Assim, quando as obras forem concluídas, haverá um acréscimo de cerca de 13 milhões de litros de diesel S10 por dia à capacidade de produção nacional, reduzindo a dependência de importações, uma das bandeiras do novo governo.

A estratégia da estatal, no entanto, não se limita aos investimentos na Rnest. O Comperj, em Itaboraí, também está nos planos. Conforme O GLOBO revelou, a ideia da Petrobras é ampliar o escopo do polo Gaslub (antigo Comperj), que será rebatizado, receberá uma unidade de refino para produzir diesel renovável e pode voltar a ter uma fábrica de petroquímicos de segunda geração, com a produção de polipropileno, matéria-prima do plástico.

Assim como a Rnest, o Comperj foi alvo de corrupção e teve as obras suspensas. Nos últimos anos, havia a perspectiva de que o espaço teria apenas uma unidade de processamento de gás natural (UPGN). Mas, agora, dizem as fontes, os planos são tornar o Comperj relevante dentro do plano da Petrobras.

Meta é investir US\$ 17 bilhões em refino

Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, o novo plano para o Comperj tem forte integração com a refinaria de Duque de Caxias, a Reduc. Além disso, a estatal não descarta investir em uma planta de hidrogênio em Itaboraí. Segundo o plano de negócios da Petrobras, a meta é investir US\$ 17 bilhões em refino entre 2024 e 2028.

Para analistas, a retomada de investimentos em refino é importante para reduzir a dependência das importações, que hoje respondem por cerca de um terço do consumo nacional. Mas eles veem com ressalvas a volta da Petrobras a projetos que já resultaram em perdas da ordem de R\$ 10 bilhões.

— É uma sinalização ruim para o mercado a volta da Petrobras a projetos que foram símbolos de corrupção — disse um analista, sob a condição de anonimato.

Os planos da atual gestão envolvem ainda a retomada da operação da refinaria de Mataripe, na Bahia, que foi vendida para o Mubadala Capital, braço de private equity do fundo soberano dos Emirados Árabes. A ideia é que a estatal tenha uma quantidade de ações que lhe permita voltar a operar a unidade, que responde por cerca de 12% da capacidade de refino. Juntos, Mubadala e Petrobras também planejam investimentos conjuntos em produção de biocombustíveis.

A Petrobras decidiu retomar ainda a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados 3, em Três Lagoas (MS). O empreendimento, interrompido no fim de 2014 em meio a escândalos de corrupção, está com 80% das obras concluídas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/01/2024

PACHECO AFIRMA QUE GOVERNO SE COMPROMETEU A REEDITAR MP DA REONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Presidente do Senado disse que desoneração da folha será mantida

Por Victoria Abel e Vinicius Neder — Brasília e Rio



Rodrigo Pacheco, presidente do Senado — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra será mantida até 2027, no modelo aprovado pelo Congresso Nacional. O senador disse que o governo se comprometeu a enviar uma nova medida provisória (MP) retirando a proposta editada no fim do ano passado que previa a reoneração gradual da folha a partir de abril.

— A desoneração da folha, tendo sido uma lei aprovada pelo Congresso, e com um veto derrubado, ela valerá. Há um compromisso do governo federal de reeditar a MP, retirando a desoneração do texto — disse em evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Zurich, na Suíça.

Pacheco teve reuniões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, na última semana. Nesta quinta-feira, Haddad também se encontrou com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para tratar do assunto.

A desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de empresas, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. O texto aprovado no Congresso também promove a isenção de imposto previdenciário para municípios, que cairá de 20% para 8% em pequenos e médios municípios do país.

Em dezembro, o presidente Lula chegou a vetar a medida que a prorrogava até 2027, mas os parlamentares derrubaram o veto antes de encerrar o ano.

A MP de Haddad, editada em dezembro, determina o retorno gradual da cobrança de impostos sobre a folha de pagamentos de 17 setores intensivos em mão de obra, que empregam mais de 9 milhões de pessoas. O texto contraria uma proposta promulgada pelo Congresso, que derrubou o veto do presidente Lula à desoneração.

Críticas à MP

Desde que foi anunciada, a MP tem sido alvo de fortes críticas dos setores produtivos e de parlamentares. Senadores pediram a devolução da MP para o governo. A MP trata ainda do fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e limitação de compensações tributárias como forma de aumentar a arrecadação.

Após a fala de Pacheco, o ministro da Fazenda insistiu na proposta de de reoneração gradual e negou que haja uma decisão definitiva. Disse que tentou conversar com o presidente do Senado após a declaração, mas não conseguiu contato. Haddad disse que ainda pretende se reunir com líderes partidários da Câmara e do Senado para tratar do tema, e que Lula ainda deve se reunir com Pacheco sobre o assunto.

— No que diz respeito ao mérito, no que diz respeito à reoneração, nós insistimos que o melhor princípio é o da reoneração gradual, como foi feito com todos os outros benefícios relativos a impostos sobre consumo — disse Haddad. — E se valeu pra todo mundo, se valeu pra todos os regimes especiais do país, incluindo os estaduais, do ICMS, incluindo os municipais, do ISS, não seria um bom princípio para um imposto como o imposto previdenciário, que sustenta a Previdência? Então nós levamos isso à consideração dos dois presidentes (Câmara e Senado) e vamos discutir a melhor forma de proceder.

Haddad disse que Pacheco entende que o que foi aprovado ano passado pelo Congresso deveria ser tratado à parte, se referindo à desoneração. E que os outros dois temas (que aumentam receita) poderia ser tratados pela MP.

Questionado se seria uma saída reorganizar os setores a partir de 2027, o ministro disse que essa é uma negociação que ainda não começou.

Empresários defendem desoneração

Representantes de alguns dos 17 setores contemplados pela desoneração da folha de salários defenderam a sinalização de continuidade do benefício fiscal, dada pelo presidente do Senado.

Para Fernando Pimentel, presidente da Abit, que representa a indústria têxtil, a desoneração da folha de salários tem que ser mantida sob pena de elevar ainda mais o chamado “custo-Brasil”. Os encargos sobre a mão de obra estão entre os principais itens do corolário de custos elevados que tiram a competitividade das empresas brasileiras, especialmente na indústria.

— O Brasil é campeão na taxa de emprego. O salário de 100 vira 200 — afirmou Pimentel, numa referência ao custo final da mão de obra para as empresas, quando se inclui os encargos todos.

Formalização é urgente, diz entidade

Vivien Mello Suruagy, presidente da Fenainfra, entidade que representa operadores de call center e prestadores de serviços de informática e telecomunicações, cobrou urgência na reedição da MP, como sinalizado por Pacheco.

A formalização da decisão sinalizada por Pacheco é importante para o planejamento das firmas, explicou a líder empresarial. Apesar do princípio da anterioridade, que só permite a mudança na cobrança da contribuição previdenciária a partir de abril, o prazo é curto para as empresas saberem o quanto pagaram desse tributo.

— Estamos satisfeitos, houve respeito pelo que foi votado (no Congresso). Agora, necessitamos que seja sacramentado. Se não for sacramentado, vamos demitir pessoal — disse Vivien.

A Abicalçados, associação que representa a indústria de calçados, considera a manutenção da desoneração um “passo importante”. Especialmente porque 2023 foi um “ano complicado” para a indústria calçadista nacional.

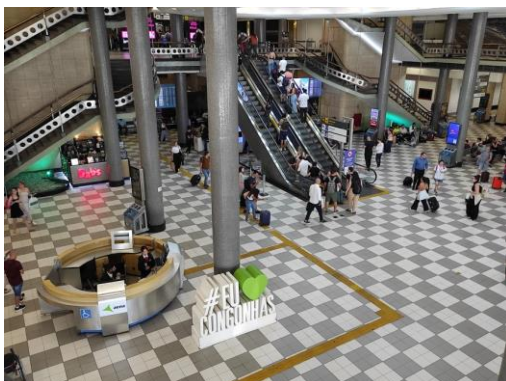
“Ter essa segurança, para os empresários, é um passo para poder pavimentar uma recuperação ao longo do ano que inicia, na produção e no emprego do setor”, diz uma nota divulgada pela entidade, assinada por seu presidente, Haroldo Ferreira.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/01/2024

CONGONHAS RECUPERA MOVIMENTO PRE-PANDEMIA, ENQUANTO OFERTA NA PONTE AÉREA ENCOLHE

Por Mariana Barbosa



Saguão do aeroporto de Congonhas, administrado pela Aena
— Foto: Divulgação

O aeroporto de Congonhas recebeu no ano passado 22 milhões de passageiros — número que equivale a 99,5% do registrado em 2019, antes portanto da pandemia, que afetou de forma drástica as viagens de avião.

Apesar de praticamente recuperar o movimento pré-pandemia, na Ponte Aérea Congonhas-Santos Dumont, contudo, o movimento ainda está 10% abaixo do registrado em 2019. O volume de passageiros na Ponte Aérea ficou

em 3,6 milhões em 2023, ante 4 milhões em 2019.

A queda reflete a redução da oferta de assentos por conta das restrições no aeroporto do Rio, implementadas pelo governo federal, a pedido do governo e da prefeitura do Rio, para estimular a demanda do aeroporto internacional do Galeão. A redução da oferta, em um momento em que a demanda está bastante aquecida, ajuda a explicar a alta nas tarifas naquela que é considerada a rota mais rentável do país.

Segundo a concessionária Aena, que assumiu a gestão do aeroporto em outubro, o movimento em Congonhas acelerou no segundo semestre, quando houve um crescimento de 17% em relação aos primeiros seis meses do ano. Em relação ao período pré-pandemia, o segundo semestre recebeu 8% mais passageiros do que no mesmo período de 2019.

A Aena administra 17 aeroportos, que receberam juntos 40 milhões de passageiros em 2023, um aumento de 14,8%, em relação a 2022. Os aeroportos da Aena receberam 455,9 mil pousos e decolagens, 9,2% a mais do que no ano anterior. Destes, 231,8 mil movimentos aconteceram em Congonhas, sendo 185,6 mil somente na aviação comercial.

Em número de passageiros, a Aena é a segunda maior operadora do país. A liderança é da GRUAirport, concessionária do aeroporto internacional de Guarulhos, que no ano passado recebeu 41,3 milhões de passageiros.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 19/01/2024

SAM ALTMAN BUSCA LEVANTAR BILHÕES PARA CRIAR UMA REDE DE FÁBRICAS DE CHIPS DE IA

CEO da OpenAI, criadora do ChatGPT, tem conversado com investidores em potencial na esperança de levantar fundos, entre eles o SoftBank Group. Microsoft estaria interessada no projeto

Por Bloomberg — Nova York



Sam Altman, CEO da OpenAI, durante uma sessão de painel no terceiro dia do Fórum Econômico Mundial (WEF) em Davos, Suíça — Foto: Stefan Wermuth/Bloomberg

Sam Altman, CEO da OpenAI, criadora do ChatGPT, que tem trabalhado para levantar bilhões de dólares de investidores globais para uma fábrica de chips, pretende usar os fundos para montar uma rede de fábricas para produzir semicondutores, de acordo com várias fontes com conhecimento dos planos.

Altman tem conversado com vários grandes investidores em potencial na esperança de levantar as grandes somas necessárias para as fábricas de chips, ou fabs, como são conhecidas coloquialmente, disseram as fontes, que pediram anonimato porque as conversas são privadas.

As empresas que mantiveram discussões com Altman incluem a G42, sediada em Abu Dhabi, segundo disseram as pessoas à Bloomberg no mês passado, e o SoftBank Group Corp. O projeto envolveria o trabalho com os principais fabricantes de chips, e a rede de fábricas teria um escopo global.

Embora os esforços para levantar fundos para um empreendimento de chips tenham sido relatados anteriormente pela Bloomberg, o escopo do projeto e o foco na fabricação não eram conhecidos anteriormente. As conversas ainda estão em fase inicial e uma lista completa de parceiros e financiadores envolvidos ainda não foi estabelecida, segundo as fontes.

O esforço de Altman para arrecadar fundos reflete sua preocupação com o fato de que, à medida que a inteligência artificial se tornar mais difundida, não haverá chips suficientes para uma



implantação generalizada, disseram algumas das pessoas. Algumas previsões atuais para a produção de chips relacionados à IA estão aquém da demanda projetada.

Construir e manter fábricas de semicondutores é muito mais caro do que a abordagem preferida por muitos pares da indústria de inteligência artificial da OpenAI. Empresas como Amazon, Google, da Alphabet, e Microsoft, maior investidor da OpenAI, geralmente focam em projetar seu próprio silício personalizado e terceirizam a fabricação para empresas externas.

Construir uma única fábrica de última geração pode exigir dezenas de bilhões de dólares, e criar uma rede de tais instalações levaria anos. As conversas apenas com a G42 se concentraram em levantar de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões, conforme relatado pela Bloomberg anteriormente, embora o status atual das discussões não esteja claro.

Altman acredita que a indústria precisa agir agora para garantir um suprimento suficiente de chips no fim desta década, segundo fontes familiarizadas com seu pensamento. Desde o lançamento do ChatGPT pela OpenAI há mais de um ano, o interesse em aplicações de inteligência artificial disparou entre empresas e consumidores.

Isso, por sua vez, gerou uma enorme demanda por poder de computação e processadores necessários para construir e executar esses programas de IA. Altman tem repetido que já não há chips suficientes para as necessidades de sua empresa.

Empresas como Intel, Taiwan Semiconductor Manufacturing e Samsung Electronics lideram o mercado de fabricação de chips e são potenciais parceiras para a OpenAI.

Altman estava trabalhando duro no projeto de chips até ser temporariamente afastado como CEO da OpenAI em novembro. Após seu retorno, ele reacendeu os esforços. Também abordou a Microsoft sobre o plano, e a gigante do software está interessada, segundo duas fontes.

OpenAI, G42, Intel, Microsoft, SoftBank e TSMC se recusaram a comentar. Representantes da Samsung não estavam imediatamente disponíveis para comentar.

A G42, que se concentra em inteligência artificial, tem sido neste mês alvo de convocações por parte do presidente do Comitê Selecto da China da Câmara, Mike Gallagher, para maior escrutínio e restrições comerciais.

O republicano de Wisconsin manifestou preocupações sobre as relações da G42 com as chinesas incluídas na lista de empresas sob restrições, como a Huawei e o Instituto de Genômica de Pequim, bem como riscos para pesquisas em universidades dos EUA. Gallagher instou a secretária de Comércio, Gina Raimondo, a considerar sanções à G42 e 13 de suas subsidiárias e afiliadas.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 19/01/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

HADDAD DIZ QUE NEGOCIAÇÃO SOBRE REONERAÇÃO DA FOLHA NÃO COMEÇOU, APÓS PACHECO FALAR EM MP REVOGADA

De acordo com o ministro, o presidente Lula ainda quer conversar com o senador sobre esse tema
Por Amanda Pupo e Fernanda Trisotto

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou nesta sexta-feira, 19, que a equipe econômica vai insistir na reoneração gradual da folha de pagamentos, embora o presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tenha dito nesta manhã que a medida provisória (MP) que retoma impostos sobre salários será revogada.

Questionado por jornalistas, Haddad não quis responder diretamente se a iniciativa citada por Pacheco já havia sido acertada com o governo, e afirmou que ainda não conseguiu falar com o presidente do Senado após a declaração dada mais cedo, na Suíça. “Eu tentei falar com Pacheco depois da fala e não consegui”, disse.

Segundo Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda quer conversar com o senador sobre o tema. Na visão do chefe da equipe econômica, o entendimento de Pacheco é de que os quatro temas tratados na MP editada no final do ano - reoneração da folha, benefício previdenciário a prefeituras, limitação ao uso de créditos tributários obtidos na Justiça e extinção gradual do Perse (programa emergencial para o setor de eventos) - deveriam ser endereçados separadamente ao Congresso.

“O que estou dizendo, o que o presidente Pacheco falou, e levei a Lula, é que, dos quatro temas, dois ainda não foram tratados pelo congresso (créditos e Perse), e dois poderiam ser tratados de outra forma. Falei isso a Lula, e Lula disse ‘quero me sentar para discutir isso’, e isso sobre a forma, não o mérito”, afirmou Haddad.

Segundo o ministro, a negociação sobre o conteúdo da medida provisória que prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos “ainda não começou”, mesmo após a declaração do presidente do Senado.



Segundo Haddad, reunião que teve com Lira na quinta-feira sobre desoneração tratou de 'princípios' Foto: Wilton Júnior/Estadão

Perguntado também sobre a reunião que teve com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na noite de ontem, o chefe da equipe econômica afirmou que o encontro tratou de “princípios”.

Segundo o ministro, Lira indicou que, na semana antes do início dos trabalhos legislativos, chamará os líderes da Casa para uma reunião com a Fazenda sobre o assunto. “Agora temos reuniões com líderes das duas Casas. Lira se comprometeu a chamar, agora, na semana anterior ao início dos trabalhos no Congresso. Ele deve chamar líderes e vamos apresentar esse princípio (de diluição de benefícios ao longo do tempo) como regra geral, e vamos fazer como sempre. Tudo sempre foi negociado, de forma transparente, às vezes as pessoas falam ‘Ministério da Fazenda conseguiu aprovar tudo o que queria’, mas conseguiu tudo depois de negociação, não saiu conforme chegou no Congresso”, afirmou Haddad.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 19/01/2024

REFORMA CRIA ‘PENEIRA’ PARA COMPENSAÇÃO DE EMPRESAS, DIZ APPY; OBJETIVO É EVITAR JUDICIALIZAÇÃO

Companhias terão de cumprir requisitos para ter acesso a fundo de R\$ 160 bilhões que será distribuído entre 2029 e 2032

Por Bianca Lima e Mariana Carneiro

BRASÍLIA - A reforma tributária, promulgada em dezembro e agora em processo de regulamentação, cria uma “peneira” para a compensação das empresas que perderão os incentivos fiscais estaduais na nova sistemática. Em entrevista ao Estadão, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda,

Bernard Appy, afirma que o objetivo é reduzir o risco de judicialização e aumentar a chance de vitória da União caso, inevitavelmente, algum pleito empresarial acabe na Justiça.

“Há requisitos definidos na emenda constitucional, então as empresas terão de atender a esses requisitos para poder se beneficiar da compensação”, explica Appy. “A peneira foi desenhada de forma a contemplar as situações em que as empresas teriam mais chances de ganhar na Justiça (no caso de pleitearem a compensação)”, afirma.



Bernard Appy, secretário extraordinário da reforma tributária.

O texto da reforma prevê a criação do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, direcionado a pessoas físicas e jurídicas que perderão os benefícios ligados ao ICMS. Serão R\$ 160 bilhões pagos entre 2029 e 2032. O desafio, agora, será regulamentar o processo de obtenção dessa compensação.

“A emenda constitucional dá as diretrizes gerais de quais benefícios poderão ser compensados, mas aí tem todo o processo de identificação clara

dos benefícios. As empresas terão de ir lá, se apresentar e dizer que têm direito. E aí será feita uma análise”, afirma Appy.

O secretário destaca ao menos quatro requisitos que as empresas terão de atender para ter direito às transferências federais a partir de 2029:

1. Terem benefícios concedidos até 31 de maio de 2023;
2. Que sejam concedidos por prazo certo e sob condição;
3. Os benefícios devem ser industriais. Os comerciais e portuários não se enquadram;
4. As companhias terão de comprovar que cumpriram com as condições exigidas na hora da concessão do benefício.

“Tudo isso vai gerar um processo de validação”, afirma Appy. “Tem muito benefício que não atende aos requisitos. Eles foram colocados por questão de segurança jurídica, exatamente para evitar contencioso”, reforça o secretário.

Ele admite, porém, que será inevitável que pontos da reforma sejam levados ao Judiciário. “O próprio (Ronaldo) Caiado (governador de Goiás) já disse que ia entrar com uma Adin (Ação de Inconstitucionalidade) contra a emenda. Mas a gente está bastante confiante de que o que foi aprovado é constitucional”, afirma.

O ideal, segundo ele, é que eventuais questionamentos sejam julgados rapidamente, para que o País não fique “operando numa situação de insegurança jurídica”. Esse risco está no radar da equipe econômica desde a promulgação da reforma, em dezembro, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um apelo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, afirmando que o STF será o “guardião da reforma”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 19/01/2024

DESONERAÇÃO: GOVERNO QUER VOTAR TEXTO ALTERNATIVO DURANTE VIGÊNCIA DE MP CONDENADA NO CONGRESSO

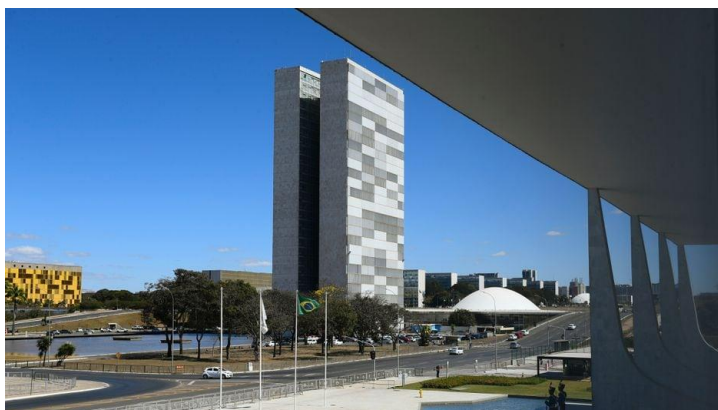
Enquanto MP estiver valendo, mesmo que não tenha futuro, ela desobriga o governo a prever renúncias fiscais no Orçamento, o que impacta valor de eventual contingenciamento

Por Mariana Carneiro e Bianca Lima

BRASÍLIA - O governo não desistiu de colocar em discussão a reoneração da folha de pagamentos para os 17 setores atendidos pela política, mesmo que em um cronograma mais gradual do que o inicialmente proposto. A intenção é que o tema seja objeto de um projeto de lei que tramite no Congresso ainda durante a vigência da atual medida provisória e que reúna todos os quatro temas em um único texto legislativo.

A MP original, com a reoneração dos setores, baixada na véspera do ano-novo, foi condenada no meio político. Nesta sexta-feira, 19, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse em Davos que ela deve ser revogada.

O ideal para o governo, no entanto, é que a MP continue válida e o projeto de lei alternativo seja votado antes de 1º de abril, quando a medida começaria a produzir efeitos de reoneração. Até lá, os setores não sentirão as mudanças e seria possível chegar a uma solução de “meio-termo” sem impactos orçamentários.



Ideal para o governo é que a MP continue válida e o projeto de lei alternativo seja votado antes de 1º de abril Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Isso porque, segundo especialistas em contas públicas consultados pelo Estadão, caso a MP seja revogada, como mencionou Pacheco, a equipe econômica terá de incorporar ao Orçamento de 2024 toda a renúncia fiscal gerada pela desoneração, de cerca de R\$ 20 bilhões.

Além disso, não poderá incorporar o ganho de receita advindo da limitação no uso de créditos tributários por empresas, mudança também proposta no texto e com impacto estimado em outros R\$ 20 bilhões.

Como consequência, os ministérios da Fazenda e do Planejamento seriam obrigados a realizar um contingenciamento maior de gastos em março, quando será divulgado o primeiro relatório bimestral de receitas e despesas do ano. Isso levaria a um aumento da pressão da ala política por uma mudança na meta de déficit zero — cenário já dado como certo pelo mercado financeiro, mas que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda tenta evitar.

O valor do contingenciamento é ponto de divergência já exposta publicamente entre Haddad e uma corrente do PT, vocalizada pela presidente do partido, Gleisi Hoffmann. Economistas especializados no tema fiscal vêm apontando que o bloqueio necessário gira em torno de R\$ 52 bilhões, mas o governo não tem a intenção de superar a cifra de R\$ 23 bilhões. Isso porque, na leitura de auxiliares de Lula, é o valor limite permitido pelo novo arcabouço fiscal.

O entendimento, no entanto, é controverso e provocou um debate no Congresso no ano passado, durante a tramitação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Um parecer emitido pela área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) se pronunciou contra esse conceito. O tema poderá ser alvo de uma consulta formal da equipe econômica à corte de contas, mas, para a ala política do governo, “não há dúvida” de que este é o limite.

A desoneração das prefeituras é outra fonte de preocupação fiscal e também será alvo de negociações. Pelo projeto aprovado no Congresso, no ano passado, os prefeitos de cidades com um coeficiente populacional que neste ano é de 156 mil habitantes, poderiam recolher 8% de contribuição patronal sobre a folha de salários de seus funcionários, contra os atuais 20%.

O Executivo considera o corte populacional injusto e cogita sugerir que haja um tratamento diferenciado para cidades com renda per capita mais baixa, em que os municípios mais pobres contribuam menos do que os mais ricos.

Tramitação sem 'fatiamento'

Em relação à estratégia legislativa, o governo cogita propor um projeto de lei para tratar da desoneração da folha e dos municípios, e fazer com que esse texto "atraia" os demais temas contidos na MP original. São eles: o fim do auxílio ao setor de turismo e eventos, chamado de Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), e a fixação de um teto para compensações tributárias de empresas com a Receita Federal.

Estratégia semelhante foi usada recentemente, na medida provisória 1185, sobre o recolhimento de impostos pelas empresas que recebem subvenção de ICMS.

Durante a tramitação, no fim do ano passado, essa MP incorporou a mudança na tributação do JCP (juros sobre capital próprio), instrumento pelo qual grandes empresas remuneram seus investidores. A medida estava na lista de iniciativas para aumentar a arrecadação propostas pela equipe de Haddad.

O importante, segundo um auxiliar do presidente, é que os temas não sejam desmembrados durante a tramitação para que o preço político da aprovação não fique ainda mais alto. O governo espera, com a tramitação do PL, evitar que o impasse caia na Justiça. O Ministério da Fazenda disse, no início desse mês, que recorreria ao STF (Supremo Tribunal Federal) caso a negociação no campo político não avançasse.

Auxiliares de Lula têm defendido, juntos aos parlamentares que são críticos à MP, que a via jurídica retire poderes da classe política em resolver o impasse. Por isso, seria importante que Câmara e Senado se envolvessem na negociação. A diretriz do governo ainda é, apesar da resistência no campo político, esgotar todas as chances do debate político antes de fazer eventual recurso ao Judiciário.

Setor de eventos

Além das desonerações, o governo espera enfrentar a resistência de parlamentares também na extinção do Perse. O ponto de maior rigidez é na Câmara, onde o projeto foi elaborado.

Os auxiliares de Lula argumentam que o programa excedeu o valor combinado, que era de R\$ 4 bilhões por ano ao longo de quatro anos. A expectativa, segundo Haddad, é que a renúncia alcance, neste ano, o valor previsto para toda a duração do programa.

O governo planeja apresentar esses números para os líderes da Câmara, frisando que ultrapassou os limites do acordo político costurado na sua aprovação.

Já no caso da desoneração da folha de pagamentos, o governo quer discutir uma reoneração gradual dos setores, a fim de produzir um desmame progressivo dos setores atendidos pelo benefício.

Nesta sexta-feira, 19, Haddad disse que a reforma tributária instituiu uma extinção gradual de incentivos fiscais na tributação do consumo e que é a intenção da Fazenda fazer o mesmo com benefícios que incidem sobre as receitas da Previdência, como é o caso da desoneração.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/01/2024

VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO FEDERAL DISPENSA VERBA ESTADUAL E DEFINE CRONOGRAMA DA OBRA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

A Autoridade Portuária de Santos, ligada ao governo federal, pretende construir o túnel entre Santos e Guarujá através de uma PPP (Parceria Público-Privada)

Por Tulio Kruse, Folhapress — São Paulo



Governo federal dispensa verba estadual e define cronograma da obra do túnel Santos-Guarujá — Foto: Divulgação/Autoridade Portuária Porto de Santos

A Autoridade Portuária de Santos, ligada ao governo federal, pretende construir o túnel entre Santos e Guarujá através de uma PPP (Parceria Público-Privada) e deve dispensar a participação do governo estadual de São Paulo no projeto e na gestão após a obra ser concluída. O

cronograma da autarquia prevê que o leilão da PPP seja feito em novembro, e a obra tenha início em 2025 — a entrega ocorreria três anos depois.

A decisão foi divulgada pela CNN e confirmada pela reportagem.

Inicialmente, o governo Lula (PT) pretendia construir o túnel por meio de obra pública, com verbas da União, do Estado e da própria autoridade portuária. Agora, a ideia é que a conta de R\$ 5,8 bilhões seja dividida entre autoridade portuária e o setor privado, com a entrega da gestão do túnel ao vencedor do leilão por até 70 anos.

A APS contratou um estudo de modelagem econômica que deve demonstrar se a PPP é viável, mas a avaliação é que dificilmente haverá um parecer em direção contrária. Há cerca de R\$ 3 bilhões na caixa da autarquia, que devem ser investidos no projeto.

A reportagem apurou que a decisão de avançar com o projeto sem participação do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) ocorreu após, na avaliação do governo federal, ficar claro que o Estado não havia separado verbas no Orçamento de 2024 para a obra.

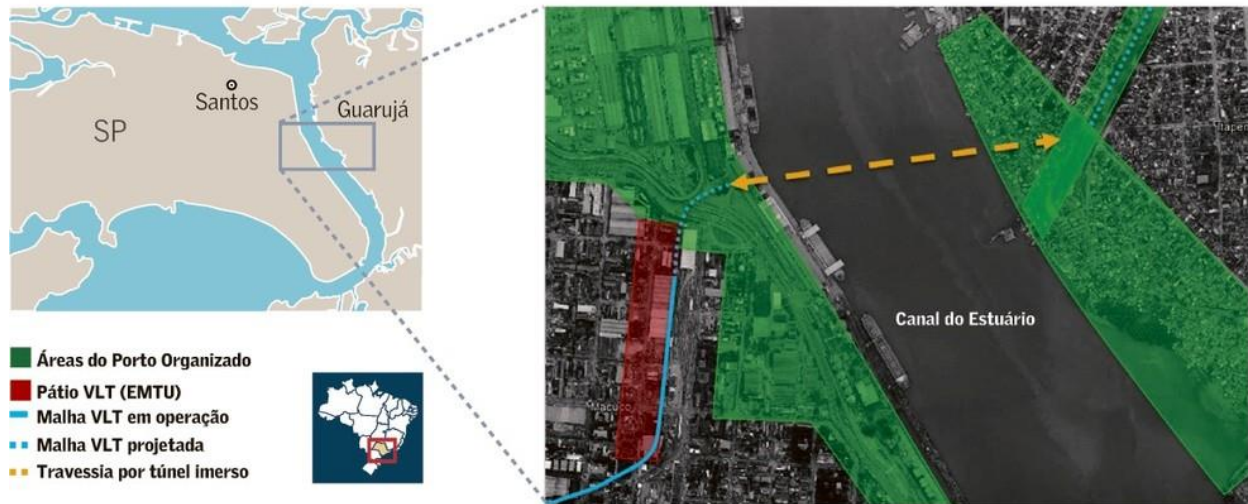
Há um ano, a proposta de realizar uma parceria com o setor privado era ponto de discordância entre os governos federal e estadual. O então ministro dos Portos, Márcio França (PSB), defendia uma obra 100% pública, e Tarcísio era favorável à PPP. Até hoje, a obra está no Programa de Parcerias de Investimentos do governo estadual.

Há expectativa de que o governo estadual coopere na obtenção de licenças ambientais e na cessão do projeto do túnel, que foi desenvolvido entre 2012 e 2014 pela Dersa — empresa estadual de infraestrutura viária. A avaliação do governo federal, porém, é que a obra não depende da ajuda do Estado, embora seja bem-vinda.

O cronograma, que prevê consulta pública em abril e a publicação do edital até setembro, depende de uma tramitação suave no TCU (Tribunal de Contas da União) para ser cumprido. Se houver demora na emissão de licenças ambientais, judicialização ou pedidos de vistas no tribunal, por exemplo, pode haver atrasos. O presidente da APS, Anderson Pomini, tem afirmado que a autarquia já trabalha com a possibilidade de haver ajustes nos prazos.

Travessia submersa

Túnel, sob o canal de navegação de Santos, com rodovia, passagem de pedestres, ciclovia e VLT



Projeto do túnel Santos-Guarujá — Foto: Imagem Valor Econômico

O governo de São Paulo afirmou, em nota, que "possui disponibilidade financeira e de captação de recursos para a construção do túnel" e que não há necessidade de disponibilidade financeira no Orçamento deste ano para o projeto, uma vez que as obras não serão iniciadas no exercício vigente.

"A gestão estadual vinha atuando em conjunto ao Federal para viabilização do empreendimento, desde a qualificação do projeto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), enviando todos os documentos produzidos internamente para lançar a PPP, como Modelo Econômico-Financeiro, Edital, Contrato e Anexos Técnicos", diz a nota, assinada pela SPI (Secretaria de Parcerias e Investimentos).

A gestão Tarcísio também argumentou que o governo federal teria de fazer um novo projeto-executivo para viabilizar a obra, "ampliando o prazo e entrega das obras". O Estado afirma que contratou a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) em dezembro para atualizar o projeto realizado pela Dersa, e que isso pode viabilizar um leilão em menor prazo.

"O Estado já havia assinado o Acordo de Cooperação Técnica, que permitiria a criação de um grupo de trabalho envolvendo o Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR), a Autoridade Portuária de Santos (APS), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de SP (SPI) e a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), o que viabilizaria o cronograma", diz a SPI.

À CNN Tarcísio afirmou que "é lamentável que se fique em uma disputa de paternidade da obra" e pediu uma postura "republicana" para tratar do assunto.

A ligação das duas margens do estuário de Santos é considerada o maior gargalo no transporte de mercadorias e pessoas no país. Por dia, são 78 mil passageiros que atravessam o canal com a balsa e, sem a conexão seca, 10 mil caminhões precisam fazer um percurso de 45 quilômetros para ir de um lado a outro. Por lá passam cerca de 30% das exportações e importações brasileiras.

O túnel teria um pedágio para veículos, e a intenção é garantir que o preço seja o mesmo que é cobrado pela balsa — hoje de R\$ 6,20 para motos, R\$ 12,30 para carros e até R\$ 98,60 para caminhões. O projeto também prevê uma linha de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e ciclovia.

A solução de engenharia proposta é a imersão das estruturas do túnel, em vez de uma tuneladora (o popular "tatução"). Isso pressupõe que blocos de concreto com 127 metros de comprimento sejam construídos em terra, levados ao canal e submersos a 21 metros de profundidade.

A inspiração é uma obra em andamento que conecta a Dinamarca e a Alemanha, o túnel Fehmarnbelt.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 19/01/2024

LULA ENCERRA VIAGEM AO NORDESTE COM FOCO NA EDUCAÇÃO E CRÍTICAS À ELITE DE 'CABEÇA PEQUENA'

Presidente prometeu ações para "revolucionar" a educação nos três anos de mandato que tem pela frente

Por Lucas Ferraz, Valor — São Paulo



Lula — Foto: Ricardo Stuckert/PR

Após a agenda no Recife marcada pelo grande afago aos militares, em Fortaleza, onde encerra sua viagem de dois dias pelo Nordeste, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) focou na educação ao participar na tarde desta sexta-feira (19) do lançamento da pedra fundamental do campus do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Acompanhando por correligionários locais, como o ex-governador e atual ministro da Educação, Camilo Santana, e o atual chefe do Executivo estadual, Elmano de Freitas, Lula rememorou programas da área durante seus dois mandatos anteriores (entre 2003 e 2010), como as "Olimpíadas da Matemática", prometeu ações para "revolucionar" a educação nos três anos de mandato que tem pela frente e voltou a criticar, como fez ontem em Salvador, a elite brasileira e os presidentes da República anteriores por terem, como disse, "cabeça pequena".

Lula agradeceu na cerimônia o seu ministro da Defesa, José Múcio, segundo ele o responsável por levar uma unidade do ITA para o Ceará. Fundado em janeiro de 1950 com o objetivo de formar sobretudo engenheiros aeronáuticos, parte da estratégia à época de desenvolvimento da infraestrutura brasileira, o ITA é instituição de referência no país. A futura unidade em Fortaleza será a primeira fora da sede, em São José dos Campos (SP), e terá dois cursos —engenharia das energias renováveis e de sistemas. O governo prometeu realizar o primeiro vestibular ainda no final deste ano.

"Trouxemos o ITA para cá em gratidão ao Ceará, pelo que vocês fizeram e pelo que dizem a nós brasileiros o que pode ser feito na educação, mesmo não sendo um Estado muito rico", afirmou o presidente.

Região que lhe proporcionou uma votação muito superior que a do rival Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022, o Nordeste foi o destino escolhido pelo presidente Lula neste início de ano para uma viagem cujo objetivo é o de melhorar a avaliação do seu governo.

"A vida inteira tive a obsessão de terminar com as desigualdades do Nordeste em relação a outros Estados do país. Quero que os Estados do Nordeste tenham a mesma oportunidade que os Estados mais ricos deste país", disse.

Lula prometeu lançar "mais de cem institutos federais" nos próximos três anos e quer, como reforçou, "consolidar um processo de revolução" na educação, apresentada por ele "como a única arma que a gente tem". Ele fez referência ao programa "Pé de Meia", divulgado esta semana pelo seu governo

com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes da rede pública na escola até a conclusão do ensino médio. Como incentivo, haverá uma retribuição financeira, cujo valor ainda não foi definido.

O presidente também disse que é dever do Estado “não permitir que os gênios brasileiros tenham que sair do país para serem consagrados” no exterior, quando fez referência ao descaso do andar de cima com a educação dos pobres, segundo ele uma prática vista desde que Pedro Álvares Cabral colocou os pés no Brasil, no ano de 1500.

“Uma parte das pessoas que governou o país não gostava que o povo estudasse. Os ricos mandavam os filhos estudar em Coimbra, em Portugal, mandavam para Londres, França ou nos EUA. Os pobres tinham que ser analfabetos e trabalhar cortando cana. Esse país foi governado por muito tempo por gente da cabeça pequena, que pensava pequeno”.

Após a solenidade de lançamento da pedra fundamental do campus do ITA, o presidente ainda teria uma audiência na base aérea de Fortaleza com o ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Li. Depois, retornaria para Brasília.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 19/01/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS CAIU 20% EM 2023

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 18/01/2024 - 20:17



Arquivo/Divulgação

Repases totalizaram R\$ 546 milhões, ante R\$ 684 milhões em 2022, segundo levantamento do MPor

Os repases de recursos das contas vinculadas totalizaram R\$ 546,3 milhões em 2023, uma queda de 20,2% em relação a 2022, quando os desembolsos somaram R\$ 684 milhões. A maior parte dos valores liberados se concentra no Amazonas (R\$ 230,8 milhões), estado que também tem o maior número de operações: 107 das 292 registradas no acumulado de 2023. Outros R\$ 152,2 milhões correspondem à categoria 'não especificada', cuja complexidade das operações pode beneficiar dois ou mais estados, conforme os critérios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na sequência, aparecem o Rio de Janeiro, com R\$ 72,6 milhões em valores liberados, e Pernambuco com 5 operações que somam R\$ 57,6 milhões, Amapá (R\$ 15,6 milhões), Santa Catarina (R\$ 10,1 milhões) e Pará (R\$ 4,6 milhões).

Dos R\$ 546 milhões de liberações das contas vinculadas, R\$ 186 milhões correspondem a 38 projetos de construção naval, R\$ 267 milhões à categoria serviços (239 projetos) e os demais R\$ 93 milhões da rubrica 'prestação' (15 projetos). A navegação interior, com 164 projetos, concentra R\$ 264,6 milhões. Outros R\$ 271,8 milhões são de valores liberados para 128 projetos de cabotagem. O sistema registrou ainda um projeto de longo curso, de R\$ 9,9 milhões.

Em relação ao status, R\$ 174 milhões foram concluídos, distribuídos em um total de 204 projetos, R\$ 243 milhões foram considerados com andamento 'intermediário' (113) e R\$ 130 milhões (70) estão em estágio inicial. As operações com recursos das contas vinculadas beneficiaram principalmente armadores dos estados de São Paulo (99 operações, R\$ 158 milhões liberados), Amazonas (93

operações, R\$ 226 milhões), Pará (63 operações, R\$ 23 milhões liberados) e Rio de Janeiro (28 operações, R\$ 126 milhões).

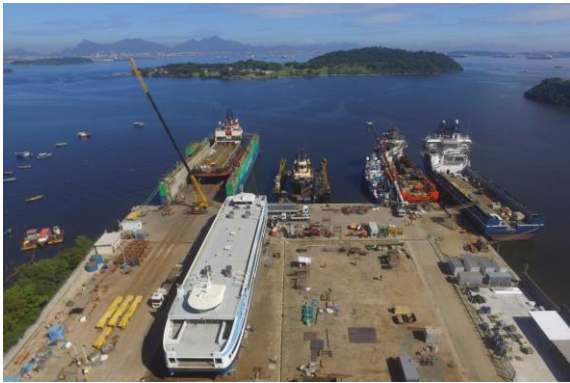
A conta vinculada é um mecanismo de fomento aos armadores nacionais para que estes renovem, equipem ou reparem suas embarcações em empresas especializadas e estaleiros nacionais. Ela teve origem na implantação da política de fomento à marinha mercante nacional e à indústria naval no país e foi mantida na Lei 10.893/2004, que destina parte do AFRMM gerado nas operações de frete às empresas de navegação. Esses recursos podem ser utilizados na aquisição ou reformas de embarcações e são depositados nas contas vinculadas de AFRMM das EBNs. As contas são abertas no Banco do Brasil em nome das empresas de navegação cujo objetivo é receber parcelas do produto da arrecadação do AFRMM que lhes cabe, movimentadas pelo BNDES.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/01/2024

CONSELHO DO FMM APROVA MUDANÇA DE ESTALEIROS PARA MODERNIZAÇÃO DE SUPPLIES

Por Danião Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 18/01/2024 - 18:59



Arquivo/Divulgação

Alterações envolvem serviços a serem executados pelo Mauá e pela Dock Brasil, no Rio de Janeiro. Entre as prioridades canceladas, por decurso de prazo, está projeto da construção de um dique flutuante no Vard Promar (PE)

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou alterações de prioridades concedidas anteriormente que envolvem a substituição do estaleiro responsável por serviços de modernização

de embarcações de apoio marítimo, no Rio de Janeiro. A decisão, tomada durante a 54ª reunião ordinária do conselho em dezembro, transfere do Dock Brasil (RJ) para o Estaleiro Mauá (RJ) a modernização do RSV (embarcação equipada com robô — ROV) Coral, cuja prioridade de R\$ 20,3 milhões foi concedida anteriormente em novembro de 2022 à OceanPact.

O CDFMM também aprovou a alteração, do Mauá para a Dock Brasil, como executor da modernização de duas embarcações da Wilson Sons Offshore, do tipo PSV (transporte de suprimentos), denominadas Skua e Mandrião, que haviam sido priorizadas em junho de 2023. De acordo com a resolução do conselho publicada na última semana, em ambos os casos, as alterações não envolvem atualizações nos valores.

Santa Catarina

O conselho aprovou ainda a alteração do projeto de construção de um PSV de 5.000 TPB (casco NAV-145), da Bram Offshore, no estaleiro Navship (SC), que pertence ao mesmo grupo (Chouest). Esse projeto sofreu alteração do valor total, passando a aproximadamente R\$ 236,4 milhões, com data-base em setembro de 2023. O escopo anterior previa um PSV 4.500 com valor total de R\$ 231,5 milhões.

Cancelamentos

O CDFMM também cancelou três prioridades que haviam sido concedidas anteriormente em 2022, pelo critério de término do prazo para fins de empréstimos com recursos do fundo setorial. Uma delas previa a construção de um dique flutuante, denominado Promar 2, no estaleiro Vard Promar (PE).

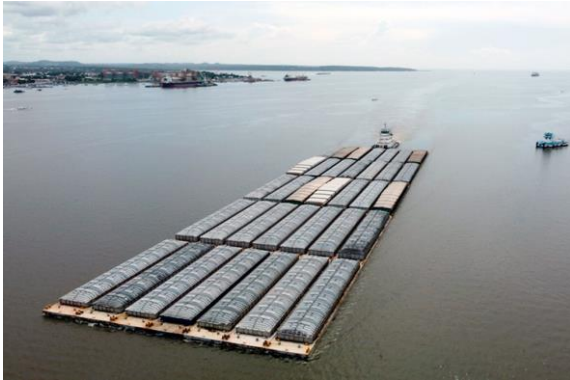
Outro cancelamento envolvia a modernização dos PSVs Bram Bahia e Bram Brasil, da Bram Offshore, no estaleiro Navship. A terceira prioridade cancelada pelo conselho havia sido concedida anteriormente à Camorim e compreendia a conversão dos rebocadores convencionais Sagamorim II

e C Vendaval em modelos azimutais de 70 toneladas de tração estática (TTE), no estaleiro Camorim (RJ).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 19/01/2024

ARTIGO - NOVAS DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA: É NECESSÁRIA MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA PARA O ARCO NORTE

Por Rafael Ferreira Filippin OPINIÃO 18/01/2024 - 18:53



A publicação recente da Lei Federal nº 14.801/2024, que instituiu uma nova modalidade de debêntures de infraestrutura, trouxe uma boa notícia para toda a logística do Arco Norte, em especial do agronegócio, pois é um instrumento muito eficiente para a captação de mais recursos financeiros privados para a expansão das capacidades operacionais dos portos e, assim, resolver os gargalos que estão surgindo.

Não é novidade que os portos do Arco Norte continuaram a desempenhar um papel fundamental nas exportações do agronegócio brasileiro ao longo do ano

de 2023, representando mais de 37% de toda a movimentação de milho e soja no período de janeiro a setembro, de acordo com dados divulgados pela Conab, os quais confirmaram as previsões da Amport, mesmo diante da severa seca que afetou a navegação e a movimentação de cargas na Amazônia.

A principal razão para esses resultados foram os custos de frete (rodoviário e hidroviário) e de tarifas de movimentação praticados pelos portos do Arco Norte para os produtores rurais de Rondônia, do norte de Mato Grosso, do Pará e do Tocantins. Ou seja, as alternativas ofertadas pelas empresas de logística do Arco Norte para aqueles que originam seus produtos nessas regiões são mais competitivas, quando comparadas com as do Sul e do Sudeste, segundo os dados da EsalqLog. Ademais, a importação de fertilizantes pelos portos do Arco Norte também proporciona o frete de retorno, que viabiliza ainda mais essa operação hidroviária e rodoviária.

PUBLICIDADE

Além disso, o modal hidroviário adotado amplamente na Amazônia reduz em mais de 67% as emissões de CO₂, quando comparado com o modal rodoviário, adotado no Centro-sul, segundo os dados calculados pelos técnicos do DNIT e da UNB, o que é essencial neste momento em que o relatório mais recente do Fórum Econômico Mundial aponta que as mudanças climáticas são a maior ameaça à economia internacional.

É por esse e outros motivos que o Arco Norte tem chamado tanto a atenção de novos investidores, inclusive estrangeiros, como é o caso da plataforma para o incentivo ao comércio global do governo de Dubai (WLP), que pretende adotá-lo como rota de expansão para as exportações de produtos brasileiros ao mundo árabe.

Entretanto, a CNA adverte que, apesar de as exportações terem passado de 7,2 milhões de toneladas em 2009 para 52,3 milhões de toneladas em 2022, a infraestrutura de logística e portuária não acompanhou esse crescimento. Ou seja, há uma demanda muito expressiva por investimentos nas instalações portuárias do Arco Norte, assim como há possíveis interessados privados e internacionais em realizar esses aportes.

Isso satisfaz, por exemplo, os critérios exigidos pela nova lei das debêntures de infraestrutura para que os empreendimentos portuários possam captar investimentos, pois são um setor com imensa e crescente demanda, ao mesmo tempo em que são um indutor do desenvolvimento econômico local e regional, com nítidos benefícios ambientais e sociais relevantes. Aliás, alguns desses projetos podem



até mesmo prescindir de aprovação ministerial prévia, se vierem a ser considerados prioritários pelo Governo Federal, por meio do decreto regulamentador.

Por outro lado, a nova lei menciona expressamente o direito dos autorizatários de instalações portuárias privados (TUP e ETC) e dos arrendatários de terminais em áreas de portos organizados de realizar as emissões de debêntures de infraestrutura. Todavia, essa solução adotada na nova lei não traz a segurança jurídica e regulatória necessária para os empreendedores do Arco Norte.

Afinal, ainda há alguma polêmica regulatória a respeito dos empreendimentos portuários que vêm surgindo por todo o Arco Norte e, que permitem a movimentação de cargas, por exemplo, por meio de rampas, balsas equipadas com tombadores e guindastes e, outras inovações tecnológicas, que evidentemente satisfazem as exigências mencionadas da nova lei, mas podem não ser objeto de autorização.

É que o entendimento da ANTAQ tem oscilado a respeito da natureza jurídica desses empreendimentos, isto é, se devem (ou podem) obter ou não autorização para operar nas modalidades de TUP e ETC, conforme o rito da Resolução nº 71/2022, ou ainda se poderiam seguir adiante mediante registro de instalação de apoio transporte aquaviário (as antigas “instalações portuárias rudimentares”) conforme a Resolução nº 13/2016 (atualizada em 2021).

Com efeito, no termo de liberação de operação nº 13/2019 e no Acórdão nº 168/2021, por exemplo, a ANTAQ decidiu que esses empreendimentos poderiam operar apenas com o registro. No entanto, no Acórdão nº 122/2022, a ANTAQ teria passado a exigir autorização desses empreendimentos, o que foi replicado em outros processos administrativos, mas uma reconsideração recente, de 30 de novembro de 2023, emitida pela Superintendência de Outorgas da ANTAQ, pode mudar novamente esse panorama.

Por outro lado, nos portos organizados do Arco Norte há operações de transbordo no espelho d'água, sejam com os navios simplesmente fundeados, sejam com eles amarrados em boias, que evidentemente também satisfazem as exigências da nova lei, mas que têm sido objeto de outros tipos de contrato, distintos dos arrendamentos.

Com efeito, a Lei dos Portos permite que a ANTAQ discipline outros tipos de contratos de utilização de instalações portuárias, além do arrendamento, inclusive de forma temporária ou transitória. Com base nisso, a ANTAQ atualizou a Resolução nº 7/2016 e incluiu outras modalidades típicas de contratos, tais como os contratos temporários de 48 meses de prazo, os arrendamentos transitórios com 180 dias de prazo e, ainda, os contratos de passagem, com até 25 anos de prazo de vigência.

Em outras palavras, como a Lei dos Portos permite outras modalidades contratuais além do arrendamento na área do porto organizado, não haveria motivo para empreendimentos inovadores que operam no espelho d'água dos portos organizados do Arco Norte não pudessem também se beneficiar da nova lei das debêntures de infraestrutura. Afinal esses empreendimentos satisfazem as exigências da nova lei, ao mesmo tempo em que mantém contratos com respaldo regulatório, que podem ser de longo prazo (como é o caso do contrato de passagem) ou preparatórias para um arrendamento de longo prazo (como é o caso do contrato transitório e do temporário).

De fato, cabe então às entidades empresariais representativas dos setores interessados articular junto ao Governo Federal para que a regulamentação da nova lei das debêntures de infraestrutura abranja clara e expressamente também essas inovações tecnológicas adotadas no Arco Norte, para que as operadoras portuárias possam captar mais recursos financeiros privados, e inclusive internacionais para, assim, instalar a infraestrutura hábil a alicerçar sólidos acordos operacionais, nos quais seja garantido o atendimento dos produtores rurais, das traders brasileiras e multinacionais, os dos line ups de navios, melhorando assim a segurança jurídica e operacional no Arco Norte.

Rafael Ferreira Filippin é doutor pela UFPR e sócio da Nichetti, Filippin & Comazzi Advogados

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 19/01/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 011/2024
Página 39 de 39
Data: 19/01/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 19/01/2024